

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

ATA Nº 020

**PRESIDENTE - DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO**

**O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Boa-noite!**

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Convido para compor a Mesa: a Sr<sup>a</sup> Deputada Verinha Araújo; o Sr. Deputado Chico Daltro; o Sr. Deputado Clóvis Roberto; o Sr. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação, Yênes Jesus de Magalhães; o Sr. Prefeito de Cáceres, Túlio Fontes; o Sr. Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios e Prefeito de Reserva do Cabaçal, Ezequiel Ângelo Fonseca; o Sr. Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Antônio de Andrade Junqueira; o Sr. Vereador Valter Sais, representando o Presidente da Câmara Municipal de Cáceres e todos os vereadores; o Sr. Adilson Domingos dos Reis, neste ato, representando o Presidente do CEPROMAT.

Queremos registrar a presença do Sr. Nivaldo Coelho, Vice-Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal; do Sr. Joaquim Campos, Secretário Municipal de Agricultura de Cáceres; do Sr. Dario Antônio Carniel, Secretário Municipal de Fazenda de São José dos Quatro Marcos; do Sr. Washington Cançado, Secretário Municipal de Planejamento de Cáceres; do Sr. Gabriel de Moura, Secretário Interno de Governo da Prefeitura de Cáceres e Diretor Executivo da Previdência; do Sr. Clóvis Vailant, Coordenador de Prospecção, Análise e Tendências da UNEMAT; da Sr<sup>a</sup> Maria Francisca, Professora da UNEMAT; da Sr<sup>a</sup> Dilma Lourenço da Costa, Professora de Biogeografia da UNEMAT; da Sr<sup>a</sup> Rosângela Cabral Rosa Lazarin, Assessora da Pró-Reitoria da UNEMAT; do Sr. Geraldo Majela de Oliveira, Instrutor de Construção Civil de Cáceres; da Sr<sup>a</sup> Ingrid Primavera Perez de Macedo, Professora da Escola Dom Galibert de Cáceres; da Sr<sup>a</sup> Silbene de Almeida, membro do Fórum de Luta das Entidades de Cáceres; do Sr. Valdir Lima Andrade, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Cidade Nova de Cáceres; do Sr. Orlando Couto, editor de jornal de Cáceres.

Agradecemos a presença dos alunos e professores da Escola Salgado Filho de Cáceres; da Sr<sup>a</sup> Luíza Maria Teixeira do Nascimento, Professora de Literatura; do Sr. Wilson Magalhães, Presidente do Bairro Marajoara de Cáceres; da Sr<sup>a</sup> Eliane Mary Catelan, Professora de Biologia e membro do projeto APOEMA do Governo.

Agradecemos, também, a presença dos alunos da Escola 11 de Março de Cáceres (PALMAS); do Sr. Vereador Joaquim José de Almeida, de Reserva do Cabaçal; do Sr. Vereador Assis Moura, de São José dos Quatro Marcos; do Sr. José Vargas dos Santos, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Tangará da Serra; do Sr. Amilton Lobo, Secretário Municipal de Administração de Cáceres; do Sr. José Renato Oliveira Silva, Procurador do Município de Cáceres; do Sr. Ludimar Neves, Presidente da Câmara de Porto Esperidião; do Sr. Celso Fonaia, nosso ex-aluno, Secretário Municipal de Educação de Cáceres; da Sr<sup>a</sup> Neuza Antônia de Oliveira, do Sindicato dos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Trabalhadores de Cáceres; da Sr<sup>a</sup> Ana Luzia Costa, Coordenadora de Ação Social de Cáceres; do Sr. Wilmom Ferreira, Presidente do Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres; e da Sr<sup>a</sup> Giseli Castanha Fontes, Primeira-dama de Cáceres.

Nós estamos aqui com um objetivo bem definido. A Assembléia Legislativa, por força de lei, tem que fazer discussões em torno tanto da LDO, como do PPA e do Orçamento do Estado. Portanto, nós estamos abrindo este espaço para que possamos discutir nesta região.

Há um detalhe que preciso esclarecer aos senhores. Normalmente, as peças orçamentárias funcionam da seguinte forma: primeiro, vem o PPA; em seguida, a LDO; e só depois, vem a LOA, que é o Orçamento. Infelizmente, este ano ainda não temos o PPA pronto. O Governo está discutindo o PPA em todas as regiões do Estado.

Nós estamos com uma LDO em que teremos que remeter todas as ações colocadas nela para o PPA. Logo, nós teremos que ter uma discussão muito maior em torno desta LDO.

Eu gostaria de agradecer a presença do Secretário de Planejamento e Coordenação Geral que fez questão de estar pessoalmente nesta nossa reunião, para fazer a exposição da LDO. Ele também vai colocar algumas coisas sobre o PPA. Para nossa sorte, esta região já tem um PPA definido e isso facilitará muito o nosso trabalho.

Eu gostaria que as pessoas que estão sentadas no fundo se sentassem aqui na frente, pois há vários lugares, até para facilitar o nosso trabalho, o processo de discussão que faremos.

O Secretário Yênes Jesus de Magalhães fará a sua apresentação e, em seguida, abriremos espaço para o nosso debate.

O nosso objetivo é ter uma LDO que venha a contemplar todas as regiões do Estado, ou seja, para que o Governo possa mandar para a Assembléia Legislativa um Orçamento que venha a atender já no primeiro ano, ou melhor, no segundo ano de mandato do Governo Blairo Maggi, a maioria das suas propostas idealizadas durante a campanha. Nós esperamos que esta Audiência Pública tenha o caráter de trazer a discussão da LDO para a sociedade, para depois colhermos da sociedade as propostas que venham a melhorar todo o nosso trabalho e, especialmente, o trabalho do Governo.

Quero agradecer a presença do suplente de Deputado que tomará posse no dia 26 de junho, Sr. Aparecido Alves.

Com a palavra, o Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Boa-noite a todos.

Eu quero agradecer o Deputado Carlão Nascimento que está presidindo esta Audiência Pública pelo convite à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, para que estivéssemos aqui, hoje, conversando com os senhores sobre as propostas do Governo Blairo Maggi.

Quero cumprimentar a Sr<sup>a</sup> Deputada Verinha Araújo; o Sr. Deputado Chico Daltro; o Sr. Deputado Clóvis Roberto; o nosso amigo Sr. Antônio de Andrade Junqueira, Prefeito de São José dos Quatro Marcos; o Sr. Presidente da AMM e Prefeito de Reserva de Cabaçal, Ezequiel Fonseca; nosso parceiro de trabalho da CEPROMAT, o Sr. Adilson Domingos dos Reis. O CEPROMAT é vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, que cuida da parte do planejamento do Estado.

Por último, quero cumprimentar o Sr. Prefeito que nos recebe aqui em Cáceres, nesta noite, e o vereador que ficou ali atrás. Para mim é uma honra muito grande cumprimentar o vereador em nome dos outros vereadores aqui presentes. Eu também sou vereador por Cuiabá, apesar de licenciado hoje.

Sr. Prefeito, em nome do Governador Blairo Maggi, eu quero dizer a Vossa Excelência que a orientação que nós temos, a partir do momento em que o Governador assumiu o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Estado, é que não existe sigla partidária. A orientação para todos os Secretários é que o trabalho tem que ser em conjunto. Esse é o maior objetivo da elaboração do Plano Plurianual.

Nós entendemos que é um momento bastante oportuno no Brasil, porque nós estamos vendo também o Presidente da República, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva... Vou dizer exatamente aquilo que todos nós estamos comungando. Temos que fazer um trabalho em parcerias: Prefeituras, Governo do Estado, Governo Federal. Eu sempre digo - não é por estar na sua presença e de todas as pessoas, principalmente do pessoal da SEPLAN que me acompanha -, que o mais cobrado de todos, na esfera, é o Prefeito. Ninguém quer saber se a estrada que passa ali é responsabilidade do Presidente Lula ou do Governador Blairo Maggi, o Prefeito é o primeiro que leva o xingamento, o puxão de orelha. Então, nós temos que fazer um trabalho...

Isso é uma coisa, Deputada Verinha Araújo, que nós estamos vendo com bons olhos junto ao Presidente da República. Nós deveremos, nos próximos anos, partir para o sistema único em todos os segmentos. Assim como é o da saúde, nós deveremos ter o sistema único de segurança, de educação, de meio ambiente. Aí, sim, nós vamos conseguir avançar no Brasil e fazer com que realmente nós possamos ter um Brasil cada vez melhor.

Nós vamos fazer uma leitura do material que preparamos, para sermos o mais rápido possível.

Como o Deputado Carlão Nascimento colocou, nós encaminhamos à Assembléia Legislativa a LDO no prazo, em 15 de abril. Nesta data de 15 de abril, não deu para o Governo Blairo Maggi elaborar todos os programas, até porque nós ainda estamos fazendo os fóruns. São dezesseis fóruns. Nós já fizemos doze fóruns. Hoje está acontecendo em Pontal do Araguaia. Nós devemos fechar...

Toda essa discussão, nós deveremos encaminhar à Assembléia Legislativa até o dia 30 de agosto. Por esse motivo nós pedimos a autorização da Assembléia Legislativa para encaminhar os programas da LDO depois. Todo ano nós temos que encaminhar a LDO com programas já que vão estar na Lei Orçamentária, mas este ano, especificamente, nós pedimos a autorização para encaminhar junto com o PPA.

A LDO é uma exigência das Constituições Federal e Estadual e, como o Deputado Carlão Nascimento também disse, é a ligação do Plano Plurianual com a Lei Orçamentária Anual, porque o Plano Plurianual é elaborado para quatro anos e a Lei Orçamentária vem discriminando valores.

Nós temos na LDO os programas. Então, há necessidade, sim, de nós fazermos essa discussão da LDO com a sociedade.

O PPA atua como marco inicial do modelo, cabendo-lhe estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de Governo para um período de quatro anos, tendo início no segundo ano de gestão e vigorando até o primeiro ano da próxima gestão, garantindo, desta forma, a continuidade das ações de Governo.

Quer dizer, não pode ser o Plano de Governo do Blairo Maggi. É um Plano de Governo do Estado de Mato Grosso, por isso ele sempre transcende o Governo. Nós estamos finalizando o PPA que foi elaborado pela gestão do Sr. Dante de Oliveira e nós vamos deixar para o próximo Governo o último ano também.

A LDO, com base no PPA, determinará ano a ano o que deverá constar na Lei Orçamentária Anual. Ela tem o objetivo de identificar o cenário fiscal, estabelecer as diretrizes, as metas e as prioridades anuais e assegurar a perfeita integração do orçamento com o planejamento.

Isso é uma coisa muito importante, porque toda vida o orçamento foi desligado do planejamento. Nós estamos num momento bastante oportuno, tanto o Governo Federal como o Governo do Estado e as Prefeituras estão trabalhando para amarrar o orçamento ao planejamento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Isso é essencial, porque é a única forma que nós temos de fazer com que os planejamentos sejam executados.

A LOA - Lei Orçamentária Anual define a programação financeira e proporciona os meios necessários e legais para implementação das metas anuais.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é definida, segundo as Constituições Federal e Estadual, como aquela que compreende as metas e as prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, que dispõe sobre as alterações na legislação tributária e que estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomentos, autoriza a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração no caso de funcionários, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de carreiras.

Com já foi dito o prazo era até 15 de abril para encaminhar à Assembléia Legislativa.

O Capítulo I, das Prioridades e Metas da Administração Pública, especifica as metas prioritárias para o exercício financeiro do referido orçamento, no Anexo que integra a LDO. Ela foi encaminhada com esse detalhamento para a Assembléia Legislativa.

O art. 2º da LDO diz que em consonância com a art.162 § 2º, da Constituição Estadual, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2004 são as constantes do PPA. Apenas este ano ocorre desta forma.

No Capítulo II, da Estrutura e Organização dos Orçamentos, nós temos o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos que compõem a Lei Orçamentária Anual - LOA, programas, projetos, atividades, operações especiais, grupo de despesa e fonte de recursos.

Vou ler rapidamente, porque, na verdade, é a outra parte que vai ser mais interessante para nós conversarmos.

No Capítulo III, das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado e suas Alterações, temos:

- metodologia da receita e despesa (art.18);
- alterações das metas fiscais (art. 20);
- programação das despesas (art. 21);
- prazo para encaminhamento das propostas (art. 22);
- solicitação de abertura de créditos (arts. 29 e 36);
- emendas (arts.30, 40 e 41).

O Capítulo IV trata das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais.

As limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/00, do total do Orçamento para o Legislativo, no caso de pessoal e encargos:

- 3% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado,
- 6% para o Judiciário,
- 2% para o Ministério Público do Estado,
- 49% para o Executivo.

Estes são os limites teto que o Governo do Estado e os outros Poderes podem gastar com pessoal.

O Capítulo V, das Disposições sobre a Administração da Dívida Pública Estadual e das Operações de Créditos, diz que resoluções e leis regerão as operações de créditos (arts.58 e 59).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

O Capítulo VI, das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária, refere-se às alterações na Legislação Tributária tendo como parceira a Secretaria de Fazenda. É a Fazenda que faz o estudo, faz o levantamento e a projeção para que nós possamos trabalhar no planejamento em cima de um financeiro possível.

No Capítulo VII, das Disposições Finais, temos:

- divulgação do Quadro de Demonstração de Despesas - QDD (art. 63);
- estabelecimento de prazos para programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- relatório de execução dos projetos, contendo identificação, data de início, data de conclusão dos projetos.

As alterações que nós estamos propondo à Assembléia Legislativa serão objeto de discussão dos Deputados juntamente com o Executivo. São alterações que nós queremos que os Deputados nos atendam, se possível.

**“Art. 24** A alocação de recursos para os projetos de tecnologia da informação deverão, sempre que possível, ser efetivadas em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.”

O que significa isso? Na verdade, todas as secretarias, todos os órgãos, têm seus recursos e gastam fazendo o seu sistema de informatização, a sua estrutura. Isso é ruim, porque não se tem um sistema único. Nós tivemos, ainda hoje, uma discussão, juntamente com o Presidente do CEPROMAT, e já apresentamos ao Governador essa solicitação. Se nós tivermos tudo amarrado dentro de um sistema único, não haverá a possibilidade de ocorrer o que está ocorrendo hoje. Nós temos um sistema na saúde que não conversa, não dialoga com o sistema da segurança e nem com o sistema da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Por isso estamos solicitando que seja especificado o que é para tecnologia de informação, porque depois vamos pegar cada órgão e trabalhá-lo como um todo, dentro de um só sistema.

**“Art. 32** As alterações orçamentárias relativas à modalidade de aplicação e aquelas que não impliquem em mudanças de grupo de despesas aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelo Executivo e serão autorizadas pelo Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, através de solicitação, mediante edição de portaria.”

O que é isso? Isso já ocorreu. Nós estamos pedindo autorização à Assembléia Legislativa para que não ocorra o que ocorreu na semana passada. Quando a natureza é despesa dentro do próprio órgão, que pudesse ser feito um remanejamento de pessoal para serviço de terceiro, para consumo, por uma portaria. Na ausência do Governador do Estado, na semana passada, por uma semana, nós acumulamos mais de cinquenta decretos para serem assinados e poderia ser feito como era no passado, assinado apenas pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral. Agora, quando for de uma secretaria para outra ou do Executivo para o Legislativo, um outro Poder, aí, sim, precisaria ter a anuência, a assinatura do Governador do Estado.

É uma solicitação que nós estamos fazendo, porque nós temos esse problema. Hoje, os remanejamentos, Deputado Carlão Nascimento, tanto da Assembléia Legislativa quanto do Tribunal de Contas, todos eles têm que ser assinados pelo Governador do Estado.

Então, quando o remanejamento é da Assembléia Legislativa para a própria Assembléia Legislativa, poderia ser através de portaria, e quando houvesse necessidade de transferir de um outro Poder para a Assembléia Legislativa, aí seria via decreto do Governador do Estado.

A centralização na PGE é uma exigência judicial.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

“Os órgãos e entidades da administração pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vista ao atendimento da requisição judicial.”

É uma decisão da Justiça de que todos os precatórios não podem mais ser encaminhados para esse ou aquele órgão, essa ou aquela secretaria. Hoje, todos eles são encaminhados para a Procuradoria-Geral do Estado, que está fazendo a negociação com o Tribunal Regional do Trabalho para pagamento dos precatórios. Neste ano estão sendo pagos apenas os alimentares. Nós temos duas propostas novas.

“Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e o Ministério Público farão publicar no órgão oficial dos Poderes do Estado, até o vigésimo dia do mês subsequente ao trimestre vencido, por unidade orçamentária, o demonstrativo da despesa mensal com o pessoal e seus encargos.”

O que isso? Nós não estamos querendo exigir isso dos outros Poderes. Nós estamos pedindo, Deputado Carlão Nascimento, a colaboração da Assembléia Legislativa, porque nós temos um problema. Quando se aproxima o final do ano, de repente, nós descobrimos que tem um Poder ou outro que extrapolou o limite legal com pessoal, e não é possível mais fazer isso. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito exigente em relação a isso. Então, se a cada três meses, no vigésimo dia subsequente, todos os Poderes fizerem a publicação - Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público-, facilitará para todo mundo esse acompanhamento e tornar-se-á mais transparente para que toda população possa fazer um acompanhamento pelos jornais.

A prestação anual de contas do Governo do Estado incluirá o Relatório de Execução dos Projetos, contendo: identificação, data de início, data de conclusão - quando couber - informação quantitativa, podendo ser percentual de realização física. Isso é uma coisa que criou muita discussão, Deputado Carlão Nascimento, dentro do Executivo. Foi uma solicitação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Lógico que vai fazer com que os outros se esforcem mais, para que tenham esse controle, mas foi a melhor forma que eu encontrei, como Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, de fazer com que os outros acompanhem esse processo. Com relação à LDO era isso.

Como nós encaminhamos para o PPA... Eu quero aproveitar a oportunidade, Deputado Carlão Nascimento, com a presença do Prefeito Túlio Fontes, para apresentar o que estamos pensando, como está sendo encaminhado o PPA. Já houve um fórum no Município de São José dos Quatro Marcos. Aproveito a oportunidade para agradecer o Prefeito Antônio de Andrade Junqueira pela hospitalidade e por ter preparado esse material do fórum, por ter trazido, hoje, aqui para a população de Cáceres tomar conhecimento. Muito obrigado, Prefeito (PALMAS).

Este é um diagrama de elaboração do PPA. De janeiro a março, nós trabalhamos com as informações, nós coletamos as informações junto às universidades, levantamos um cenário possível para os próximos anos, e isso é feito juntamente com a Secretaria de Fazenda.

Nós trataremos, daqui a pouco, dos valores e visão de futuro do Governo Blairo Maggi, o que o Governo Blairo Maggi pretende para Mato Grosso.

Os eixos estruturais são os eixos do Governo Federal. Eu represento, hoje, Mato Grosso na discussão, junto ao Ministério do Planejamento, sobre os eixos estruturais. O Governo Federal traçou os eixos, dividindo o País em seis eixos. Automaticamente, a visão do Governo Federal é a de não trabalhar mais Mato Grosso isoladamente. Nós precisamos pensar no desenvolvimento regional. Então, tem que se pensar em toda a região.

Nós temos exemplo nesta região de falha do Governo Federal passado, que investiu pesado na Hidrovia Madeira/Amazonas, para transportar a nossa produção aqui do Chapadão do Parecis. Depois que estava tudo pronto, descobriu-se que de Comodoro a Campo Novo

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

---

do Parecis não havia ligação. Agora, temos que correr atrás do prejuízo, construir a estrada, asfaltar, para que realmente possa escoar, porque hoje está saindo por um outro caminho e poderia estar diminuindo o custo de frete se já houvesse essa rodovia.

O Zoneamento Socioeconômico-ecológico é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Nós estamos em discussão interna, nós estamos disponibilizando-o, a partir da próxima semana, para a Assembléia Legislativa. Ele já está na Internet. Eu vou passar o endereço para os senhores: [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br). Os senhores podem acessar o zoneamento através do site [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br), que é o site oficial do Governo do Estado. Eu já o disponibilizei esta semana, mas eu já tinha prometido ao Deputado Riva que nós iríamos fazer uma Intranet, porque nós estamos trabalhando nele constantemente. Na Internet nós não fazemos as alterações e na Intranet os senhores terão acesso juntamente com o Estado, ou melhor dizendo, com o Executivo.

A situação socioeconômica e ambiental é projetada pelo zoneamento. Há previsão de recursos por área de atuação e o cenário fiscal para os próximos quatro anos.

No mês de abril, nós trabalhamos, dentro do Governo, do Executivo, com os objetivos estratégicos do Governo Blairo Maggi. Estabelecendo os objetivos estratégicos, partimos para as estratégias que apresentaremos logo em seguida.

De abril a julho, que é um momento oportuno - e aqui eu peço a atenção de todos os senhores -, que é exatamente a finalização desses fóruns... Nós começamos agora, Deputada Verinha Araújo, a elaboração dos programas. O que nós estamos colocando de novo são os fóruns regionais. O Governo Lula está de parabéns, só que eu disse para o Ministro Guido que desta vez eles saíram atrasados, porque eles estão fazendo a terceira rodada de fóruns sociais nos Estados e nós já estamos na décima segunda reunião. Na verdade, é uma comunhão de idéias, assim como o Governo do Estado está trabalhando Mato Grosso dividido em regiões, o Governo Lula também irá fazer 27 fóruns sociais. Em Mato Grosso, será no dia 16, com a presença do Ministro Ciro Gomes, representando o Presidente da República, lá em Cuiabá. Será o dia todo de discussão em Cuiabá.

Uma novidade, Sr. Deputado Clóvis Roberto, é a criação de equipes setoriais e intersetoriais. Quando nós levantamos essa necessidade da população e discutimos com os senhores que se nós continuássemos fazendo o mesmo que se fazia até o presente momento, que era colher as reivindicações de educação e passar para o Secretário de Educação, da saúde para a Saúde, nós estaríamos continuando a fazer um trabalho isolado. Por isso, nós criamos vários comitês intersetoriais: tem o social; tem o da revitalização do Estado, que é da máquina administrativa; tem o econômico, que é da parte de desenvolvimento econômico; e tem o de recursos naturais.

Então, todos os que têm alguma coisa a ver com a parte social, vão para a aquela reunião discutir o que é que aquela região do Estado está solicitando. Portanto, essa reivindicação que nós estamos fazendo... Nós não chegamos aqui, hoje, para perguntar ao Prefeito Túlio Fontes o que é que ele está precisando em Cáceres - essa será uma ação da Secretaria isolada -, mas o que é que essa região precisa, porque aí nós vamos fazer um trabalho buscando diminuir aquilo que o Governador Blairo Maggi colocou durante a campanha, diminuir as desigualdades regionais.

Eu tenho dado exemplos... Eu tive uma conversa com o Érico Piana quando nós estivemos lá no fórum e uma jornalista perguntou para mim qual era a maior reivindicação. Eu disse que lá nós iríamos discutir. E ela disse: "O senhor já está podendo se deslocar?". Eu respondi que hoje o maior problema que nós estamos detectando em Mato Grosso - sem contar a questão dos buracos, porque isso deixa de ser problema, tampando - é a segurança. Aí, ele virou e falou: "Bem, esse problema eu não tenho." Eu respondi ao Prefeito que ele teria que fazer um planejamento estratégico de 10 a 20 anos. Uma cidade como Primavera do Leste é um pólo altamente atrativo. As

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

peças vão para lá para melhorar a qualidade de vida, porque lá tem mais escolas, tem mais emprego e vai chegar um momento que ela vai faturar.

Primavera do Leste, por exemplo - a Deputada Verinha Araújo esteve conosco, esteve nos fortalecendo -, quando da realização do Fórum, nós vimos que aquele município, Deputado Chico Daltro, não tem mais o que crescer, sob o ponto de vista de desmatamento, para ampliação de produção. O município crescerá em produtividade e em agroindústria. Ele crescerá com outros serviços. Só que chega o momento em que, se nós não fizermos um investimento naquelas cidades menores, aquelas cidades que não têm esse crescimento, que não têm área produtiva para a soja, para o algodão, para o milho, nós estaremos incorrendo num grande erro. Nós temos que investir menos, garantindo que o cidadão fique na sua cidade. Isso para que ele não crie aqueles bolsões de pobreza em volta, como acontece hoje em Cuiabá, Várzea Grande, como acontece em Rondonópolis e acaba ficando muito mais caro para o Governo. Nós temos que fazer um trabalho de equalização dos municípios. Esse é o grande objetivo, diminuir as desigualdades regionais.

Uma outra coisa muito importante que nós estamos fazendo agora é o inventário de programa. Nós estabelecemos que temos que levantar, Deputado Chico Daltro, dos últimos dez anos, quais foram os programas desenvolvidos em Mato Grosso por todos os órgãos, por todas as secretarias, para que possamos fazer uma avaliação se eles estão dando certo ou se não estão. Sobre aquele projeto que parou nos últimos dez anos, o porquê de ter parado, para que não tenhamos que inventar projetos. Nós já estamos fazendo um inventário com esse levantamento. É a primeira vez que isso é feito em Mato Grosso. Um grande diagnóstico do que está em vigor e do que parou também durante esses últimos dez anos.

Nós vamos ter, na metade do programa, esse trabalho de elaboração dos programas. As secretarias estarão elaborando, até o dia 30 de julho, os seus programas e os seus projetos. Estarão encaminhando para a Secretaria de Planejamento para que possamos fazer a consolidação e o encaminhamento à Assembleia Legislativa até o dia 30 de agosto, onde começará um outro processo de discussão, do qual o Deputado Carlão Nascimento falará mais na frente.

Missão do Governador: implementar um novo modelo de gestão do Estado de Mato Grosso, comprometido com a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável e a superação das desigualdades sociais e regionais.

Visão de futuro: constituir-se em um Estado social e economicamente equilibrado, estimulando as potencialidades regionais e consolidando-se como o maior pólo de desenvolvimento do agronegócio da América Latina.

Valores do Governo: eficiência, honestidade, transparência e ousadia.

O Poder público tem que ser eficiente. Ele só será eficiente se for honesto nas suas atitudes. A forma que nós temos de mostrar essa honestidade é através da transparência, discutindo com a população, estando mais próximo da população. É a única forma que nós temos.

Eu sempre louvo a questão da participação na discussão. Na verdade, o PPA que é elaborado para quatro anos é extremamente necessário. Logo que nós finalizarmos a elaboração do PPA, nós começaremos um trabalho para elaborar um planejamento estratégico para Mato Grosso ano 2020.

Por que é importante trabalharmos planejamento de médio e longo prazo? Porque é a melhor forma que nós temos, tanto da sociedade saber das promessas do Governo, onde ele quer chegar, para que ela possa estar ano a ano acompanhando, sabendo se chegou, se não chegou. Por que não chegou? O que aconteceu? E para que o Governador também possa fazer um acompanhamento junto aos órgãos das secretarias. Quer dizer, cada um de nós, secretários, presidentes de empresas, vamos projetar para os próximos quatro anos. Fazendo esse

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

acompanhamento, ano a ano, o Governador poderá fazer a avaliação de cada secretaria. Esta é a única forma que ele tem de saber se o Governo está cumprindo aquilo, se cada secretaria está cumprindo aquilo que é sua obrigação, e com muita ousadia. Nós temos que ser ousados a cada dia mais, mas ousadia com muita responsabilidade.

Como nós havíamos dito, nós temos os eixos:

“SOCIAL

Objetivo estratégico:

1. melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania;
2. reduzir o número de pessoal em condição de vulnerabilidade social.

Objetivo econômico:

1. modernização da produção do mercado;
2. infra-estrutura;
3. integração regional.”

Nós juntamos tudo, porque tudo isso tem a ver com o desenvolvimento econômico.

“Objetivo estratégico:

1. promover desenvolvimento sustentável de economia mato-grossense, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação nos mercados nacional e internacional com base nas potencialidades regionais, ampliando a participação do micro, pequeno e médio empreendimento.”

Aqui há uma coisa muito importante. O Governo tem que investir pesado no micro, no pequeno, e, no máximo, no médio. Na verdade, o grande empresário, como o próprio Governador Blairo Maggi diz, como um grande produtor de soja, precisa de estrada, porque financiamento ele consegue com as menores taxas de juros, tanto dentro do Brasil quanto fora do Brasil. O pequeno, o médio e o micro não conseguem. Então, essa é a função do Poder público de trabalhar justamente para essas pessoas.

“AMBIENTAL

Objetivo estratégico:

1. garantir o uso ordenado dos recursos naturais com vistas ao desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental.

Eu sempre pergunto - e a Deputada Verinha Araújo sabe disso, porque ela até poucos dias atrás era Vereadora também - se cada um de nós, quando se levanta, agradece a Deus por morar num Estado que é um paraíso. É o único Estado no mundo inteiro que tem Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal. Nós falamos assim: “Aqui é quente, aqui é um inferno!”. Não. Nós moramos num paraíso. Mato Grosso é um paraíso. E a redenção de Mato Grosso, Deputado Carlão Nascimento, o senhor sabe muito bem, no futuro, não é a agricultura e pecuária. A agricultura e pecuária é a nossa maior aptidão, mas a grande redenção de Mato Grosso, no futuro, é sem dúvida alguma a empresa que gera maior renda e que gera maior volume de emprego no mundo inteiro, a indústria do turismo. Mato Grosso é um Estado extremamente privilegiado.

Nós teremos, sem dúvida alguma, no turismo, a grande redenção de Mato Grosso. Num futuro bem distante, sem dúvida alguma. Hoje, nós temos que continuar com essa taxa de crescimento que Mato Grosso vem tendo nos últimos anos, justamente na agricultura e na pecuária.

“REVITALIZAÇÃO DO ESTADO

Objetivo estratégico:

1. melhorar o desempenho da gestão pública estadual;

2. dar sustentabilidade à gestão das políticas públicas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Estado, visando ao atendimento das necessidades da sociedade.”

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Esse é um ponto muito importante. Nós estamos num momento ímpar, num momento perigoso para os Estados e para os Municípios. Há necessidade, sem dúvida alguma, de muita discussão junto aos nossos Deputados Federais e Senadores com relação à reforma tributária que está aí, virá a qualquer momento.

Essa reforma tributária, do jeito que foi proposta, lógico que sofrerá algumas emendas e estamos torcendo para isso. Se ela for aprovada do jeito que está sendo colocada, ela será muito ruim para os Estados, porque qualquer tipo de fundo... Hoje, o que está gerindo Mato Grosso são os fundos. Nós mesmos, durante a campanha, fizemos críticas ao FETHAB e depois que nós assumimos o Governo nós vimos o que o FETHAB representa. Hoje, são os fundos que estão alavancando Mato Grosso. Toda a arrecadação de Mato Grosso... O Governo passado repactuou, Deputado Carlão Nascimento, a dívida de Mato Grosso em 40 anos. Só que, com o ajuste que o Estado vem fazendo nos últimos anos, que esse Governo está também fazendo, quando ele fez o planejamento desde do começo do ano, e com essa taxa de crescimento que Mato Grosso oferece, hoje, nós vamos pagar essa dívida, Prefeito, em 25 anos. Ela foi repactuada pelo Governador Dante de Oliveira em 40 anos. Só que do jeito que nós estamos indo, graças a Deus, nós vamos pagar em 25 anos, mas não é vantajoso para nós pagarmos em 25 anos, porque nesses 25 anos nós não poderemos investir. Tudo o que nós fizemos a mais vai para a dívida pública. Nós estaremos pagando ao Governo Federal.

Portanto, o que nós estamos discutindo, neste momento, junto ao Ministério de Planejamento, ao Ministério da Fazenda e com o próprio Presidente Lula, é que nós vamos pegar esses 40 anos que foi acertado, que foi pactuado e estabelecer esse valor fixo, para que daí o que conseguirmos a mais, nós possamos investir no Estado; porque hoje o nível de investimento é praticamente nulo. Se não fossem os fundos, não haveria nada.

Para o ano que vem, o cenário será pior do que o deste ano. Com esse crescimento que Mato Grosso vem sofrendo, para o ano que vem, Deputado Chico Dalto, estão previstos de investimento para Mato Grosso 50 mil reais para todos os órgãos! Isso é um absurdo! Não tem a menor possibilidade de se pensar em gerir um Estado com essa velocidade que Mato Grosso cresce e o Poder público sem capacidade.

**“FÓRUNS REGIONAIS DO PPA**

Importância da ação regionalizada:

- atende aos princípios constitucionais e legais de participação da sociedade;
- valoriza os princípios da descentralização político-administrativa e integração regional;
- consolida um sistema estadual de planejamento participativo e descentralizado;
- estimula a organização da sociedade como parceira do processo de desenvolvimento estadual;
- contribui para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional visando reduzir as desigualdades sociais”.

Essa participação da população é extremamente importante.

Eu tenho dito, Prefeito Antônio Junqueira, em todos os fóruns, que todas aquelas pessoas que participam desses fóruns - foi uma promessa que eu fiz para todos eles-, que cada uma dessas pessoas receberá, no final do ano, o Plano Plurianual na sua casa, para que elas possam sentir o valor das suas contribuições, quando elas dedicam dois dias do seu trabalho para o crescimento de Mato Grosso.

É a forma que tenho de retribuir para as pessoas. Colocar nas mãos delas para que elas possam também fazer o acompanhamento do Governo do Estado, das metas que foram estabelecidas e se realmente está fazendo aquilo que foi prometido.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

“O PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO REGIONAL

I - integração das três esferas de governo: Federal - Estadual - Municipal, segundo uma visão estratégica regional;

II - definição de uma política de desenvolvimento regional, visando à redução das desigualdades.

Objetivo específico:

- apresentar o que é o PPA - Plano Plurianual, seu fundamento teórico e jurídico, objetivos, metodologia de elaboração, demonstrando sua importância no planejamento de longo prazo;

- validar a formulação estratégica de Governo no contexto regional e identificar projetos prioritários regionais que servirão de subsídios para elaboração das políticas públicas a serem incluídas no PPA 2004-2007.”

Aqui, Deputado Carlão Nascimento, nós colocamos exatamente o que estamos fazendo este ano, que é validar a formulação estratégica do Governo. O Governo Dante de Oliveira, no ano passado, fez esses fóruns e levantou as necessidades. Então, nós estamos validando. Nós apresentamos o que foi levantado no ano passado e fazemos um processo de validação, se é realmente aquilo, para que nós possamos continuar a discussão.

“Objetivos específicos:

- permitir maior participação da sociedade na elaboração do Plano Plurianual, tornando-o mais democrático e dando maior legitimidade às ações do Governo.”

Quem participa dos Fóruns regionais do PPA? Nós gostaríamos de convidar toda a sociedade, mas, infelizmente, não há essa capacidade e nós estamos convidando todos os segmentos organizados da sociedade. Estão sendo convidados os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público, os partidos políticos, as organizações não governamentais, as federações; os sindicatos, as associações, as cooperativas, os conselhos, as igrejas, os clubes de serviços, como o *Rotary*, o *Lions*, Maçonaria, as universidades públicas e privadas”.

Esse é um mapa que começamos dessa forma para ver exatamente o que acontece hoje, Deputado Chico Dalto. Nós temos, partindo de Cuiabá, a BR-364, a BR-163 e a BR-158. Se senhores olharem para o mapa, verão que todo crescimento de Mato Grosso acontece ao longo dessas três rodovias. Nós precisamos de uma rodovia ligando o leste ao oeste, que é justamente a região produtora do Estado de Mato Grosso.

Nós começamos o primeiro fórum em Diamantino, segundo em Rondonópolis, Primavera do Leste, Sorriso, Sinop, Matupá, Paranaíta, Juara, Juína, Sapezal, aí nós viemos para São José dos Quatro Marcos. Hoje e amanhã o fórum está acontecendo em Pontal do Araguaia. Na semana que vem nós estaremos em Água Boa e Confresa. Depois nós retornaremos para Tangará da Serra e fecharemos o último em Cuiabá, perfazendo todo o Estado de Mato Grosso com os dezesseis fóruns que propusemos.

Essa é a relação, até São José dos Quatro Marcos, que está com uma outra cor, porque Pontal do Araguaia está acontecendo, no dia de hoje, e, finalizando amanhã.

Eu peguei, Deputada Verinha Araújo, algumas perguntas que foram feitas pelo Presidente Lula no Fórum Social do Amazonas que têm tudo a ver com isso que nós estamos fazendo aqui no dia de hoje. Que tipo de crescimento nós queremos? Crescimento só para alguns setores que já foram privilegiados ao longo dos tempos ou crescimento para a grande maioria da população brasileira? Queremos crescer concentrando os frutos dos nossos esforços nas mãos de poucos ou crescer com geração de emprego, com distribuição de renda, com justiça social? E se queremos crescer com mais emprego, melhor distribuição de renda e mais justiça, quais são os melhores caminhos? Quais são as políticas industriais, científicas e tecnológicas que devemos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

incentivar para esse modelo de desenvolvimento? Quais são as obras de infra-estrutura, as estradas, usinas e os portos prioritários? Quais são as metas sociais de combate ao analfabetismo e a mortalidade infantil que vamos perseguir nesse projeto? Além disso, como vamos crescer de maneira que todas as regiões do País se beneficiem? Como vamos reduzir as desigualdades entre os Estados e mesmo entre regiões diferentes do mesmo Estado? Como aumentar a nossa produção industrial e agrícola, nossas exportações, nossa presença no comércio externo e ao mesmo tempo aumentar o consumo dentro do nosso País, nosso próprio território? Como vamos incorporar ao mercado de consumo a grande parte da população, que hoje não tem acesso ao mínimo necessário para manter a família em condições dignas de sobrevivência? Quais são as políticas de saneamento, de saúde, de educação, de capacitação profissional, de acesso a emprego e à renda, de segurança pública que devemos perseguir para melhorar a vida e o futuro da grande maioria dos brasileiros?

Eu fiz questão de fazer esta fala, Deputado Carlão Nascimento, finalizando, porque eu sempre tenho feito uma pergunta em todas as minhas falas, para cada um dos senhores responderem, não para mim, mas para os senhores. Eu sempre digo que a pergunta poderia ser esta: que futuro nós queremos para nós? Mas eu não faço essa pergunta. Eu faço outra, Washington Cansado. Eu faço esta pergunta: que futuro nós queremos para os nossos filhos? Porque quando nós falamos de filho, principalmente as mulheres aqui até arrepiam na hora que pensam naquele que está em casa. Essa é a única forma que nós temos de esquecer a questão política, partidária, de nos juntarmos para buscar um futuro melhor para o Brasil e para o Estado de Mato Grosso e, também, para as nossas cidades, Srs. Prefeitos. A única forma que temos é quando pensamos nos nossos filhos. Quando pensamos num futuro próximo fica muito vazio, mas quando pensamos em qual futuro vamos dar aos nossos filhos, aí damos muito mais de nós.

Agradeço a oportunidade e coloco-me, Deputado Carlão Nascimento, à sua disposição, à disposição de todos, para responder algumas perguntas e colaborar neste momento. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradecemos a explanação feita pelo Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

Queremos registrar e agradecer a presença do Deputado Nataniel de Jesus; do Sr. Dilson Leal Silva, Suplente de Deputado do PL; do Sr. Luiz Carneiro, Vereador da Câmara de Cáceres; do Sr. César David, também Vereador de Cáceres.

Nós vamos abrir um espaço para que possamos fazer essa discussão e vamos estabelecer um tempo para que todos possam falar, porque já são 21:10 horas. É importante que os senhores procurem fazer as inscrições.

Com a palavra, ao Sr. Túlio Fontes, Prefeito de Cáceres, que dispõe de três minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. TÚLIO FONTES - Boa-noite a todos.

Quero aqui cumprimentar a Assembléia Legislativa em nome da população cacerense.

Quero dizer que, para Cáceres, para toda nossa região, é uma honra receber os ilustres Deputados para que possamos discutir este instrumento tão importante de consolidação das políticas públicas, especialmente, no caso de hoje, a LDO.

Cumprimento o Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; cumprimento os Deputados Chico Daltro, Clóvis Roberto, Nataniel de Jesus e a Deputada Verinha Araújo; o colega Prefeito Ezequiel Fonseca, Presidente da AMM; o Prefeito Antônio de Andrade Junqueira; o Vereador Valter Sais, neste ato, representando a Câmara Municipal de Cáceres; o nosso amigo particular, Sr. Adilson

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Domingos dos Reis; e, de forma especial, cumprimento o Sr. Secretário Yênes Jesus de Magalhães, representando o Governo Blairo Maggi.

Eu quero dizer a todos, antes de mais nada, que escutei com muita atenção as palavras do Secretário Yênes Jesus de Magalhães que, sem dúvida alguma, tocou no fundo. Ele foi exatamente no ponto da ferida, quando disse que o prefeito está na ponta. E é isso mesmo. Todos os prefeitos são aquelas pessoas que, realmente, estão ali na ponta e que muitas vezes acabam por sofrer. Sofrer no bom sentido. As reivindicações da comunidade são cobradas de forma mais enfática. Eles estão lá. Estão no dia-a-dia na comunidade, diferentemente de outros setores mais altos da vida pública.

Pois bem, diante desse quadro nacional em que tanto se fala em reforma tributária, esse quadro nacional que precisa ser mudado, em que nós temos, dos 100% do bolo tributário nacional, dos recursos que o Brasil arrecada, 58% na União, lá em Brasília, 28% dos recursos que o Brasil arrecada no Estado e apenas e tão-somente 14% nos municípios, não resta dúvida alguma de que, na verdade, o prefeito é quem mais apanha, porque é ele que está na ponta.

Uma reunião como esta enche-nos de alegria, porque aqui nós estamos discutindo o futuro, sem dúvida alguma, como já foi solicitado aqui, de Cáceres, de toda nossa região. Eu tenho certeza de que com advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e, a partir dela, os mecanismos que já estão na Constituição Federal começaram a ser aplicados na prática. Era isso que precisava para o nosso País. A questão de gastar mais do que arrecada não poderia acontecer em nenhum órgão público, em nenhuma esfera de Governo, seja municipal, estadual ou federal. Eu creio que nós estamos vivendo uma nova época.

Quero aqui, já que o Deputado Carlão Nascimento deu-me três minutos, começar os meus três minutos agora.

O primeiro ponto que eu gostaria de falar com relação à LDO, com relação às prioridades e como já foi falado pelo Secretário Yênes Jesus de Magalhães, nós temos realmente que pensar não apenas no município, mas na região. Eu pontuei algumas questões que creio que são relevantes para Cáceres e para a nossa região. A primeira delas é na questão da educação, a melhoria das escolas estaduais. Não resta dúvida de que com o tempo as escolas acabam sofrendo o processo natural de deteriorização. Eu peço, primeiro, pela questão da melhoria de algumas escolas estaduais em nossa região e, de maneira especial, ainda na área de educação, pela nossa UNEMAT. Eu tenho certeza de que o fortalecimento, a consolidação da nossa UNEMAT é muito importante. Não que ela não esteja consolidada, mas nós precisamos ter aqui em Cáceres a cidade universitária.

A Prefeitura de Cáceres, a propósito, já doou na nossa gestão a área do antigo aeroporto, há mais de um ano, para que tenhamos aqui uma cidade universitária. E isso eu tenho certeza de que não é uma questão importante apenas para Cáceres, é uma questão que vai ajudar toda nossa região de Cáceres, do Vale do Jauru, enfim, toda a nossa região.

Na área da saúde, eu quero dizer que tenho certeza de que a questão saúde é o maior desafio para qualquer governante. Nós temos o nosso pronto atendimento, Deputado Clóvis Roberto, um pronto atendimento que serve toda a nossa região também. No mês de março, para se ter uma idéia, apenas de um município vizinho, o pronto atendimento que é municipal, que é custeado pela Prefeitura de Cáceres, recebeu quarenta e dois pacientes. No total, foram trinta e poucos municípios que ocuparam o pronto atendimento aqui de Cáceres. Ele acaba fazendo uma triagem, apesar de ser de urgência e emergência, para o Hospital Regional Dr. Antônio Fortes.

Nós precisamos, sim, de um reforço. Isso nós já pedimos, inclusive, na primeira e única audiência que eu tive até agora com o Governador Blairo Maggi, no sentido de que nós tenhamos um reforço substancial na saúde da nossa região. Nós precisamos de um pronto

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

atendimento que possa realmente atender melhor os nossos municípios. Já que ele atende toda região, atender melhor também toda a região.

Para fechar essa questão, eu digo mais um pouco, apenas no mês de março foram trinta e poucos municípios atendidos pelo pronto atendimento de Cáceres. No total, mais de oito mil pacientes foram atendidos no mês de março pelo pronto atendimento, inclusive pacientes de Cuiabá.

Com relação ao Hospital Regional Dr. Antônio Fontes, eu peço, e não poderia ser diferente, um reforço no sentido de que ele venha a atender de forma mais precisa todos os pacientes de Cáceres e da região.

Um outro ponto que eu elenquei aqui, Deputado Carlão Nascimento, foi com relação aos assentamentos - e falo de todos os assentamentos, de Cáceres e da nossa região.

Em Cáceres, particularmente, nós temos dezessete assentamentos. Eu cheguei inclusive a ir até ao Ministro da Reforma Agrária para pedir ajuda, porque nós não temos condições na nossa Prefeitura - que tem quatorze por cento apenas do bolo tributário nacional - de atender dezessete assentamentos com três máquinas, com três tratores. Então, nós precisamos realmente da ajuda do Estado na questão dos assentamentos.

E digo mais, o Secretário Yenês Jesus de Magalhães foi muito feliz quando disse aqui que cada um tem que fazer a sua parte, e é isso mesmo. Prefeitura fazendo sua parte, Governo do Estado fazendo a sua parte, Governo Federal fazendo a sua parte, cada um de nós, Poderes, de uma maneira geral, sem dúvida alguma, a vida da comunidade, a vida da população melhora de forma mais rápida.

As estradas, obviamente, eu peço pelas estradas e também pela questão do turismo que, sem dúvida alguma, é um dos pilares da nossa economia. Nós temos no turismo a grande possibilidade para o futuro. Eu não tenho dúvida disso.

Já tive oportunidade de conhecer, antes mesmo de chegar na vida pública, alguns países da Europa que vivem basicamente do turismo. Todos que conhecem, seja pela Internet ou que tiveram a oportunidade de sair e conhecer *in loco*, sabem que eles vivem - a Espanha, a França ou mesmo os Estados Unidos, principalmente a Europa - do seu passado.

Nós temos história, sim. Nós temos uma história bonita e nós temos uma coisa que eles lá não têm, que é um ecossistema único no mundo. Nós temos o Pantanal, nós temos o Cerrado, nós temos florestas, enfim, temos todas as condições de fazermos o turismo prosperar em Mato Grosso, mais e mais, gerar renda, gerar emprego, gerar dividendos para toda nossa população.

Eu gostaria, na verdade, de falar por mais tempo, mas, diante do número de pessoas que estão inscritas, eu vou enviar um ofício à Assembléia Legislativa e um outro ofício do mesmo teor ao Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado. Nesse Ofício nós vamos elencar, Secretário Washington Cançado, todas as questões que nós estamos mencionando aqui e mais algumas outras que nós sabemos que são necessárias para Cáceres e para a região.

Por fim, eu quero aqui, finalizando, dizer que é uma satisfação muito grande para Cáceres receber a Assembléia Legislativa, todos os nobres Deputados, a Sr<sup>a</sup> Deputada também, por escolherem o nosso município para ser o primeiro município a discutir a LDO.

Fico feliz e sinto-me muito, vamos dizer assim, orgulhoso, de ter tido a oportunidade de, no ano 2000, ter feito parte da Casa Legislativa Estadual, Deputado Carlão Nascimento, ainda que por um período de quatro meses, mas quatro meses que foram muito importantes para Cáceres. Quatro meses em que nós pudemos trazer para Cáceres o Bloco II da Universidade, a Defensoria Pública e também a pavimentação da Avenida Nossa Senhora do Carmo.

Muito obrigado. Boa-noite (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Sr. Antônio de Andrade Junqueira, Prefeito de São José dos Quatro Marcos.

O SR. ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA - Eu quero, de início, parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cumprimentando o Deputado Carlão Nascimento, em nome do qual cumprimento as demais autoridades da Mesa. Em particular, cumprimento o Secretário Yênes Magalhães, pela realização do Fórum do PPA na nossa região, lá em São José dos Quatro Marcos.

Como tem várias pessoas para usar a palavra, eu vou tentar ser rápido.

Primeira coisa na nossa região, a Deputada Verinha Araújo deve estar até cansada de nos ouvir falar isso nas audiências públicas. A nossa região, nós que já fomos o principal pólo de desenvolvimento agrícola de Mato Grosso, graças à falta de planejamento dos nossos governantes que acharam que o narcotráfico iria ficar restrito a esta região e que não era problema deles, ficamos impedidos de nos desenvolver e foi cortado todo aquele surto de desenvolvimento. Uma região eminentemente agrícola, onde os proprietários passaram a não ter mais condições de ter maquinário. Marcava-se dia e hora para roubar e tinha que entregar o trator. E foi embora todo esse desenvolvimento. A continuidade desse programa de segurança na fronteira e a ampliação dele são muito importantes para nossa região, para o nosso desenvolvimento.

Outra coisa que poderia ser estimulada... Eu sei que não tem uma maneira legal, uma maneira ideal, o Governo não vai poder fazer alguma coisa sozinho para desenvolver a nossa região, mas há algumas coisas pontuais que podem ser feitas, por exemplo: a distância, o preço do nosso frete.

Nós temos uma terra boa. Quando eu passo na mineradora de calcário aqui de Cáceres, eu vejo pessoas de longe vindo buscar calcário. Com as terras que nós temos na nossa região, o calcário, se nós tivéssemos saída para o Pacífico, isso daí seria outro... Como o Secretário de Planejamento comentou, essa saída para o Pacífico seria estratégica para nossa região, para alavancar o nosso desenvolvimento. Daí, sim, se nós tivermos como escoar, tendo segurança para produzir, seria uma coisa muito boa para nossa região.

Outra coisa, nós já fomos penalizados e muito com o descaso de segurança aqui e o que conseguiu segurar o desenvolvimento na nossa região foi a UNEMAT. Agora que está se falando em não-ampliação da UNEMAT da nossa região, porque nós já estamos servidos pela UNEMAT, eu acho que seríamos, mais uma vez, penalizados, porque não conheço região nenhuma onde se tem uma universidade que não se desenvolveu.

Quando nós conversamos com o Secretário de Agricultura do Estado ele falou assim: “Vocês tomem cuidado porque vocês estão ficando para trás do desenvolvimento do Estado. Vocês não estão acompanhando o desenvolvimento do Estado.”

Penalizar a região, penalizar a Grande Cáceres, não deixando que se ampliem mais os cursos, que estava saturado, tem que ir para outro lugar... Eu acho que também é um preço muito grande que a nossa região vai pagar.

Já que nós tivemos tantos anos de descaso na segurança, nós devíamos ser pelo menos contemplados agora com investimentos na UNEMAT.

A saúde, como o Prefeito Túlio Fontes disse, nós temos em São José dos Quatro Marcos um Hospital Regional parado, fechado, com uma estrutura enorme, só que não adianta. O Município não consegue tocar o hospital. O Município não tem condições. Município que arrecada seiscentos e vinte mil reais por mês não pode tocar um hospital. Nós temos aqui o Hospital Regional de Cáceres, que gasta mais de um milhão por mês e arrecada em torno de cento e trinta, cento e cinquenta mil reais. Então, dizer que o Município de São José dos Quatro Marcos tem condições de tocar um hospital para atender toda a região lá é impossível. Também é muito duro, como Prefeito,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

arrumar passagem em ambulância lá de Jauru, lá de Comodoro para vir aqui a Cáceres com uma fratura de dedo. É muito difícil isso e prejudica. Essas coisas têm que ser revistas.

A educação principalmente, e grande parte está aqui... Eu não vou repetir o que está aqui no PPA, mas a educação é uma coisa que tem que ser revista imediatamente. Nós, no ano passado, devolvemos quatrocentos e cinqüenta mil mais ou menos. Nós gastamos só com o transporte escolar terceirizado quarenta e cinco mil reais por mês, fora os ônibus que nós temos, em torno de dez ônibus, e que são mantidos por nós. Então, não tem jeito de o município investir mesmo na educação. Ela tem que ser revista, ou que seja igual à saúde, ao SUS, ou qualquer coisa. Tem que ser revisado esse problema da educação, porque os Municípios não suportam o transporte escolar e ficam sem condições de investir na escola municipal.

São vários os assuntos que nós temos aqui que são muito importantes. São José dos Quatro Marcos sentiu-se orgulhoso em sediar o Fórum do PPA na Grande Cáceres. Muito obrigado pela deferência. A questão da distância... Foram dois dias de discussão e é bom que façamos audiências públicas seguidas, para despertar a participação da nossa população. Agora, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Prefeito sendo obrigado a fazer aquilo que tem que fazer em casa, que é só gastar aquilo que ganha, e mais essas discussões com a população, a partir daí começará o desenvolvimento do nosso País.

Quero aqui, de público - o Secretário Yenês Magalhães me agradeceu aqui por ter trazido esse diagrama -, dizer que foi o Secretário Dario que teve essa iniciativa. Muito obrigado, Secretário Dario. Nós só conseguimos alguma coisa, quando somos bem assessorados. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Muito obrigado, Dr. Antônio de Andrade Junqueira.

Vamos ouvir o Sr. Ezequiel Ângelo Fonseca, Presidente da Associação Matogrossense dos Municípios e Prefeito de Reserva do Cabaçal.

Eu peço a paciência dos senhores, porque os Deputados estão abrindo mão de falar para ouvir o maior número de pessoas possível, porque as palavras dos senhores ajudarão a fazer as emendas necessárias à LDO.

O SR. EZEQUIEL ÂNGELO FONSECA - Eu cumprirei os três minutos estipulados.

Eu quero agradecer a Assembléia Legislativa, em nome do Deputado Carlão Nascimento; o nosso Prefeito, anfitrião e amigo, Sr. Túlio Fontes; o Sr. Secretário Yênes Jesus de Magalhães; e a Deputada Verinha Araújo, em nome de todas as senhoras e senhoritas presentes; enfim, agradecer a todos que se fazem presentes nesta noite.

Nós estamos bastante animados porque nós vemos aqui, neste auditório, pessoas que também estiveram lá, na cidade de São José dos Quatro Marcos, discutindo o PPA.

Naquele dia, eu chamava a atenção de que era muito importante discutirmos o PPA e acompanharmos atentamente a LDO do Estado que será votada daqui a alguns dias na Assembléia Legislativa. Por quê? Porque de nada adiantaria ficarmos lá, só discutindo o PPA. Naquele dia, estavam o Deputado Carlão Nascimento e os treze municípios que compõem esta região, porque foi dividido em duas partes. Atentamente, eu ouvi Cáceres, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Jauru, Indavaí, Figueirópolis, enfim, os treze municípios que estavam lá. A partir dessa reunião, nós conseguimos construir esse documento baseado no que se pensava da região naquele dia.

Hoje, nós discutimos a questão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, um passo mais à frente. Por isso eu agradeço aos senhores, que novamente estão aqui, pessoas de bem, formadoras de opiniões e que vão, sem sombra de dúvida, estar também atentos à LOA, que é a Lei Orçamentária Anual.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

É preciso que tudo isso que foi compilado aqui seja, de fato, distribuído nos quatro anos e que nós sejamos os fiscais da Assembléia Legislativa, como também do Governo do Estado, na aplicação do nosso Orçamento.

Eu me lembro que ano passado nós tínhamos lá quem defendesse a nossa região, o Deputado Carlão Nascimento que assumiu, mesmo não sendo da região da Grande Cáceres. Tínhamos também lá o então Deputado Duda Barros, que assumiu a Assembléia Legislativa e que também tentou fazer, ali, algumas emendas ao Orçamento do Estado de Mato Grosso.

Na verdade, foi um trabalho em vão. Nós não conseguimos fazer as emendas necessárias para a região da Grande Cáceres.

O que nós queremos, na verdade, como o Governador Blairo Maggi está fazendo, é um Orçamento participativo, vamos dizer assim, para que nós possamos trazer aquilo que a nossa região necessita e que seja, de fato, colocado lá no Orçamento do Estado, que seja trazido para a nossa região.

Eu vou dizer mais, como Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, uma vez que os colegas me deram essa oportunidade, eu estou andando pelo Estado de Mato Grosso e estou muito preocupado com a nossa região. Estou preocupado porque nós estivemos lá em Vila Rica, no Araguaia, estivemos em Matupá, estivemos na região do Nortão e vimos o desenvolvimento daquela região. Fiquei assustado, fiquei abismado, porque não conhecia o Estado de Mato Grosso. Aí eu voltei para casa, Prefeito Túlio Fontes, muito preocupado. A região da Grande Cáceres, a região que já teve Vice-Governador, que já teve Governador, que já teve pelo menos cinco Deputados Estaduais, está hoje sem nada. Hoje, temos um grande problema de segurança na faixa de fronteira, para não dizer um grande problema agrário que aumenta a cada dia e que, se nós não estivermos atentos, haverá, Deputado Carlão Nascimento, um grande conflito nesta região.

Eu quero conclamar aos senhores que aqui estão presentes para que nós possamos aproveitar esta oportunidade e rediscutir a região da Grande Cáceres. Nós estamos perdendo, perdendo muito e com uma velocidade incrível, Prefeito Túlio Fontes.

Se nós formos ao Nortão, nós encontraremos famílias de Cáceres, de Reserva do Cabaçal, de Rio Branco, de São José dos Quatro Marcos e Salto do Céu aos montes. Se os senhores forem a Colniza, hoje, os senhores não vão acreditar: a região da Grande Cáceres está toda lá em Colniza! Nós que temos uma infra-estrutura pronta aqui na nossa região estamos perdendo esse povo. Nós que temos grande condição de dar qualidade de vida melhor não estamos dando à nossa região.

Eu não sei se a culpa é apenas do Governo do Estado que por aí passou, que por aí passará, ou em nome de muitos governos por aí. Eu quero dizer que a culpa é também nossa. A nossa região, nós precisamos nos reuni-la novamente. Nós estamos muito longe. Transformou-se numa briga de município, cada um querendo para si. Nós temos que parar com isso e temos que unir a nossa região, os nossos prefeitos, os nossos vereadores, os nossos secretários, as primeiras-damas e repensar a região da Grande Cáceres, para que nós possamos fazer aquilo que o nosso Secretário Yênes Magalhães falou, equalizar as questões regionais, equalizar os problemas municipais, até para que possamos levar uma proposta ao Governador Blairo Maggi e dizermos: Governador, esse é o retrato da nossa região. Nós queremos isso.

Não estou aqui, neste momento, falando como Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, não. Eu estou falando aqui, Deputado Carlão Nascimento, como Prefeito de um Município desta região, que tem pagado às duras penas para ser Prefeito deste pequeno Município, Prefeito do tipo, como diz o Presidente Lula, que quando o galo canta, o cidadão já está ali a sua porta, cobrando transporte escolar, cobrando a questão social, cobrando a moradia, enfim,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

cobrando tudo. Não sabe ele se o problema é do Presidente Lula, se o problema é do Governador Blairo Maggi, mas sabe ele que quem está mais próximo e quem fez as promessas fomos nós. Aí, incluem-se também os Srs. Vereadores que, na maioria das vezes, são acionados primeiro do que os Srs. Prefeitos.

Nós precisamos, na verdade, nos reunir. Para isso, Prefeitos Túlio Fontes e Antônio de Andrade Junqueira, nós já marcamos uma reunião na cidade de Jauru, no dia 14, num sábado. Nós estamos convidando deputados estaduais, secretários de Estado, deputados federais, para que possamos dar o primeiro passo na discussão regional no Vale do Jauru, porque essa região tem um potencial enorme, incrível, e nós que moramos nessa região ainda não atentamos para isso. Precisamos fazer isso imediatamente.

São essas as minhas palavras. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradeço ao Prefeito Ezequiel.

Com a palavra, o Sr. Washington Cançado, Secretário Municipal de Planejamento de Cáceres. Nós temos seis inscritos, portanto, dentro de dezoito minutos nós teremos condições de encerrar.

O SR. WASHINGTON CANÇADO - Deputado Carlão Nascimento, em seu nome eu quero cumprimentar a Assembléia Legislativa por nos oportunizar esta discussão.

Companheiro e amigo, Secretário Yênes Magalhães, parabéns, sucesso na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Nós nos conhecemos há mais de quinze anos. Desejo todo sucesso e estamos à disposição aqui.

Eu gostaria, companheiro Yênes Magalhães, de fazer duas sugestões. A primeira sugestão vem ao encontro do eixo com o Governo Federal. Nós estamos com um problema, hoje, que queremos referendar para que não o tenhamos mais.

Em 1988, criamos no Brasil o Fundo Centro-Oeste, que seria o famoso Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que não aconteceu, cujo agente financeiro, o Banco do Brasil passou, então, a fazer a administração desse recurso. Para que todos aqui tenham conhecimento, nós não recebemos um recurso nesse Fundo mais. Esse recurso, neste ano, não tem fundo. Esse Fundo foi adquirido e foi acumulado recurso num determinado período. Houve a abertura desse fundo para a parte comercial, para a parte industrial e de turismo. De algum tempo para cá, como os juros são de 8,75% ao ano, ficou fácil. E o pessoal, parece-me, que trabalha na agricultura mais possante, utilizou esse recurso todinho com a carência até de cinco, seis anos. Disseram-me que as participações nas AGRISHOWs levaram todo o Fundo do Centro-Oeste. Foi isso que nos chegou aqui.

Para os senhores terem idéia, uma máquina com grande capacidade de colheita custa seiscentos e setenta mil reais. Nós estamos financiando essa máquina para um produtor. Eu vejo que é importante, mas isso em detrimento de cinquenta pequenos produtores.

Eu fico vendo, só aqui no Município de Cáceres, são mais de cinco milhões em projetos do FCO, que estão protocolados e que não foram atendidos. Nós estamos vendo isso de perto na região.

Esse eixo com o Governo Federal, eu acho bastante importante. Nós temos que rever isso.

Aquilo que o companheiro Yênes Magalhães falou é verdade. Eu acho que nós temos que ter prioridade no atendimento ao pequeno. Nós temos que rever também a condição de elaboração de projeto para o Banco do Brasil, que é extremamente complicado. O pequeno realmente tem pouco acesso ou nenhum acesso ao Banco do Brasil, porque ele tem que ter renda e o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Banco do Brasil, obviamente, como um banco comercial, não quer ter risco. Então, obviamente vai favorecer quem não tem risco, e quem não tem risco é geralmente quem tem poder de capital.

Uma outra sugestão, Secretário Yenês Magalhães, é talvez trabalhar esse plano de desenvolvimento regional com as cadeias produtivas.

Essas cadeias produtivas - eu tenho alguns trabalhos do setor privado que estão sendo mostrados agora-, eu vejo como de fundamental importância para que possamos agregar valor na região. Primeiro, o estado vocacional da região. Depois de ter estabelecido os produtos da região, que nós possamos trabalhar em cima da cadeia produtiva desses produtos, agregando cada vez mais valor a esse produto no local.

No caso de Cáceres e região, eu quero dizer que nós temos, aqui, a bovinocultura de corte. Temos cinco frigoríficos com capacidade de abate de quatro mil animais por dia. Então, devemos trabalhar e procurar fazer o desenvolvimento desta região em cima dessa cadeia produtiva, apenas como um exemplo, mas eu estou colocando a cadeia produtiva no sentido de desenvolvimento regional para o Estado de Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Sr. Assis Elias, do Município de São José dos Quatro Marcos, que dispõe de três minutos.

O SR. ASSIS ELIAS MOURA - Boa-noite a todos que se fazem presentes à Mesa, em nome do Prefeito Ezequiel Ângelo Fonseca.

Senhores, eu acho que nenhum desses prefeitos já foi vereador. Falar que o prefeito é o mais atacado pela população... Eu acho que eles nunca foram vereadores. O mais atacado aqui e quem tem mais contato com o povo é o vereador. Eles são homens de gabinetes, nós vereadores não somos.

Nós vemos que todos os problemas que temos na região são saúde e segurança, e está aí no PPA que foi elaborado em São José dos Quatro Marcos. Foi uma pena, Prefeito Túlio Fontes, Vossa Excelência não ter ido lá. Em São José dos Quatro Marcos, muitas pessoas cobraram a sua presença. Esteve lá o seu representante, mas nós queremos Vossa Excelência na próxima vez.

A sugestão para São José dos Quatro Marcos, da nossa região, Araputanga, Glória d'Oeste, é agricultura. São José dos Quatro Marcos já teve noventa e cinco por cento da sua área de terra coberta de café e hoje está com noventa e oito por cento coberta de pasto. Isso não é lucro para o município, não, porque a criação que lá tem é de vaquinha de cinco, seis litros de leite.

Nós precisamos que o Governo abra uma linha de crédito mais fácil para os pequenos produtores, porque a nossa região é de pequenos produtores.

A criação do fundo de aval, esta é uma grande chance, juntamente com o Estado e os Municípios, para os pequenos produtores. Que o Governo também facilite o acesso da linha de crédito para os micros, os pequenos empresários, os pequenos produtores. Como os senhores já viram aqui, nós nos preocupamos, porque se faz financiamento, às vezes, para o grande, que beneficia duas, três pessoas. Enquanto um grande pega quinhentos mil reais... No meu município, se liberar para os pequenos produtores quinhentos mil reais e se liberar dez mil reais para cada um, cinquenta famílias serão beneficiadas. Isso trará muito mais resultado e muito mais emprego para o município.

Eu estou citando, como exemplo, o meu Município, mas a região de São José dos Quatro Marcos precisa do Hospital Regional. Como o Prefeito Túlio Fontes falou, se quebrarem um dedo ou arrancarem uma unha, têm que vir aqui para Cáceres e andar 200 quilômetros. Isso para quem vem de Jauru para cá, sendo que de São José dos Quatro Marcos a Jauru são 100 quilômetros.

Se abrir esse Hospital Regional em São José dos Quatro Marcos será uma grande oportunidade para esses hospitais saírem do sufoco por que estão passando. Até no pronto

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

atendimento estão sendo atendidos. Com certeza, há pessoas de São José dos Quatro Marcos que já foram atendidas nesse pronto atendimento.

Nós precisamos, urgentemente, de asfalto que liga São José dos Quatro Marcos a Glória d'Oeste.

Outra sugestão nossa, que colocamos no PPA e que não precisa ser de imediato, mas para esse ano que vem, é o asfaltamento de São José dos Quatro Marcos a Rio Branco, que são somente 48 quilômetros, e depois de Salto do Céu a Tangará da Serra, 70 quilômetros. Então, haverá um movimento muito grande nessa região, é uma região de terra muito produtiva.

Outra coisa é a educação. O Governo tem que assumir o que é dever dele. O que significa transporte escolar todo município está sentindo na pele, como São José dos Quatro Marcos está sentindo. Enquanto o Governo recebe o dinheiro, quem paga é o município. Isso vai ajudar muito, porque para o nosso município foram quatrocentos e poucos mil reais que deixamos de receber, sendo que quem recebeu foi o Estado.

O meu muito obrigado e um abraço a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradeço ao Sr. Assis. Com a palavra, o Sr. Túlio Fontes que quer se justificar.

O SR. TÚLIO FONTES - Apenas para justificar aqui ao amigo Vereador Assis Elias a minha ausência na reunião em São José dos Quatro Marcos, na semana passada. Fui muito bem representado, diga-se de passagem, pelo Secretário de Administração Amilton Lobo e pelo Secretário de Planejamento Washington Cançado.

Eu não pude estar presente, Sr. Assis, porque eu estava negociando com o Tribunal Regional do Trabalho uma dívida de precatórios de um milhão quatrocentos e trinta e sete mil reais. Se eu não fizesse isso, a Prefeitura de Cáceres estaria parada hoje. Então, eu creio que é um motivo bastante suficiente para justificar a ausência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Sr. Joaquim José de Almeida, Vereador de Reserva do Cabaçal.

O SR. JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA - Deputado Carlão Nascimento, em nome de quem cumprimento todos os Deputados da Mesa; Prefeito Túlio Fontes; Prefeito Ezequiel Ângelo Fonseca, Presidente da AMM, em nome do qual cumprimento todos os prefeitos, todos os vereadores e todo o público presente.

O Secretário disse uma coisa que me chamou a atenção sobre a desigualdade regional. Existe nesta região, a qual conheço razoavelmente bem, municípios que ganham e municípios que perdem. Municípios que perdem são aqueles pequenos, é óbvio.

Reserva do Cabaçal perde muito e eu não posso deixar, nesta oportunidade em que temos aqui cinco Deputados, de dizer. Eu não sei se cabe na LDO, eu não sei se cabe no PPA, não sei onde, mas eu gostaria de solicitar dos senhores a revisão dos limites territoriais dos municípios, porque as populações sofrem muito com essa questão. Lá em Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, Araputanga, nós temos um grande problema, porque as pessoas que moram próxima a outro município querem atendimento médico, querem atendimento na área da educação, enfim, todos os atendimentos no município vizinho. Igualmente, Reserva do Cabaçal tem um grande problema também com Araputanga, com Salto do Céu e Rio Branco.

As pessoas vão lá procurar saúde, procurar educação, procurar tudo que necessitam e o município de origem não dá assistência, porque eles não votam lá. Eles votam no município que é mais perto para eles. Ali eles compram, ali eles votam, ali eles procuram atendimento de saúde, educação, tudo o que é necessário para eles. E isso nos prejudica e prejudica o nosso povo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Eu gostaria, nesta oportunidade, de solicitar dos senhores, com muito respeito, que levantassem a questão na Assembléia Legislativa, porque os senhores são as pessoas indicadas para isso. Muitas vezes vão dizer assim: “Não, isso é problema do município. São os Vereadores que resolvem, nós só vamos dar a palavra final”. Mas se deixar para nós, nós não resolveremos, porque os municípios pequenos que estão sofrendo mais, ficam até coagidos em chegar aos municípios grandes e fazer essa proposta. Os municípios grandes têm maior potencial, têm maior número de vereadores, enfim, tudo para eles é mais fácil. Por exemplo, se o município for pequeno, não está doendo em mim, está doendo nele e eu não estou nem aí.

Para levantarmos essa questão encontraremos muitas dificuldades como já encontramos.

Eu gostaria de contar com o apoio dos senhores, do Presidente da AMM, Sr. Ezequiel, que sabe muito melhor do que eu sobre essa questão. Eu não sei onde encaixará isso aí, mas eu gostaria que os senhores encontrassem uma forma de resolver essa questão.

Nós de Reserva do Cabaçal, que muito dos senhores conhecem, precisamos muito, muito, urgentemente, do asfalto que nos liga a Araputanga, para tirar Reserva do Cabaçal da falta de ligação com Estado, por vias pavimentadas, são apenas quarenta e dois quilômetros; para facilitar o acesso aos turistas para visitar nossas cachoeiras, nossos rios, as belezas naturais que existem em Reserva do Cabaçal.

Nós precisamos urgentemente da ligação da estrada de Reserva do Cabaçal a Campo Novo, para tirar Reserva do Cabaçal do final de linha. Isso para nós é muito importante. Se os senhores nos ajudarem com essas questões, irão colocar Reserva do Cabaçal como Município que tem um potencial muito grande e sairá do fim da linha, trazendo aquelas pessoas que saíram de Reserva do Cabaçal por falta de opção. Aí voltarão muitos para Reserva do Cabaçal e para aquela região. São essas as minhas palavras. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Muito obrigado, Vereador Joaquim José de Almeida.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Leide Mariana, aluna do ensino médio da Escola 11 de Março.

A SR<sup>a</sup> LEIDE MARIANA - Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário Yênes Magalhães sobre os planos do Governo.

Eu gostaria de saber como as escolas públicas podem ajudar e participar desses programas do Governo no PPA?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - É melhor fazer todas as perguntas e depois o Secretário responderá todas de uma vez só.

A SR<sup>a</sup> LEIDE MARIANA - Quais as possibilidades de existir o Sistema Único da Educação? Eu gostaria de saber se essa parceria que o senhor falou envolverá as comunidades dos bairros ou somente o meio político?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Muito bem, Sr<sup>a</sup> Leide.

Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Santos, da Associação dos Moradores do Bairro Vitória Régia.

O SR. CARLOS ALBERTO SANTOS - Nós gostaríamos até, com a permissão do Prefeito Túlio Fontes aqui, de acrescentar algumas reivindicações que nós entendemos que ficaram fora e que prejudicam a nossa imagem como cidadão cacerense. São alguns títulos que Cáceres tem que é a questão do Bairro Vitória Régia, que é um bairro com quase quinhentas casas. Esse núcleo não tem asfalto, não tem rede de esgoto, não tem uma área de lazer, não tem um palmo de pavimentação, não tem nada. É um bairro muito populoso que ficou fora da reivindicação do Prefeito e que nós gostaríamos de acrescentar junto às reivindicações. Nós sabemos que este é o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

---

único núcleo habitacional do Estado de Mato Grosso que ainda não foi asfaltado. Todos os famosos bombais, como o Pé de Fora, foram construídos na mesma época do Vitória Régia e já estão asfaltados, mas o nosso bairro ainda não se encontra asfaltado. É um dos maiores núcleos do Estado de Mato Grosso que foi construído naquela época e que continua sem asfalto até hoje.

Outro título que Cáceres tem, que o Estado de Mato Grosso tem e que envergonha a população Mato-grossense é a questão do asfalto da Escola Agrotécnica Federal. Esta é a única Escola Agrotécnica Federal do Brasil que não foi asfaltada. Todas as outras escolas agrotécnicas que foram construídas mais distantes do centro das cidades são asfaltadas. A nossa aqui não foi asfaltada até hoje. Só de alunos são quase novecentos, sem contar os servidores e os professores que trabalham lá. Então, é uma estrada bastante movimentada. Não é muito asfalto, não. Eu creio que são, no máximo, uns quatro quilômetros de asfalto para se chegar à escola. É isso que eu gostaria de estar passando.

Nós quitamos as nossas casas, mas até hoje o Governo não nos repassou a documentação da casa. Compramos, mas, na realidade, não somos donos ainda, porque não temos as documentações das casas. Nós gostaríamos que o Governo nos repassasse essa documentação, constando que nós somos os donos daquilo que é nosso.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Sr. Luiz Antônio de Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA - Boa-noite a todos. Agradeço por esta oportunidade. Não vou me ater muito aos cumprimentos, por questão de talvez não passar o recado dentro do tempo que tenho para falar.

Eu quero colocar algumas preocupações quanto à agricultura familiar, que é o público com quem nós trabalhamos e estamos representando neste momento.

Nós percebemos no Governo Blairo Maggi algumas preocupações com a agricultura familiar dentro de um ângulo que nos preocupa. Nós falamos do desenvolvimento da região da Grande Cáceres, uma região que já foi de uma agricultura muito rica e que, hoje, nós encontramos vivendo somente da pecuária.

Quando se fala em alavancar a agricultura, a preocupação é que nós, até hoje, só temos um projeto de tecnologia para a macroagricultura. Não se pensou neste País, principalmente neste Estado, um projeto para a pequena agricultura. Se nós pensarmos nessa agricultura, acompanhando um projeto macro, nós vamos pensar em ecologia e conservação do meio ambiente. Nós podemos correr o risco de envenenar as nossas águas e também o nosso solo.

Eu coloco isso com muita preocupação. Eu não vejo nas políticas públicas nenhum investimento, nenhum projeto para a agricultura familiar. Eu acho que até nós temos algumas tecnologias, mas eu tenho dito até que a agricultura familiar ficou estacionada lá nos anos 60. Depois do Delfim Neto teve-se uma opção pela macro e a pequena agricultura vem caminhando a reboque da macroagricultura.

Se eu disser para os senhores que eu tenho uma receita pronta, eu não tenho, mas eu sei que existe tecnologia por aí e existe um esforço muito grande, principalmente das organizações não governamentais, de se criar um projeto. Mas eu não vejo o recurso público fazer com que esses projetos possam ter a sua experiência na base, nos produtores, na família, para que possamos alavancar uma agricultura que seja sustentável e não sustentada. Nós achamos que temos possibilidade de partir para isso, mas gostaríamos de contar com os Srs. Deputados para que levem esse recado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres, falando em nome de cada trabalhador e de cada trabalhadora deste município (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o suplente de Deputado, Sr. Dilson Leal Silva.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

O SR. DILSON LEAL SILVA - Deputado Carlão Nascimento, no qual cumprimento os Deputados presentes; Deputada Verinha Araújo; Prefeito de São José dos Quatro Marcos; Prefeito de Cáceres, Túlio Fontes; demais Secretários e Vereadores aqui presentes.

Companheiros, nós ouvimos falar aqui tudo sobre produção. O Governador do Estado deixou a campanha, falou em produção. Veio aqui no lançamento do GEFRON, também falou em assistência de produção. Eu tenho certeza de que o Governo Lula dará recursos ao pequeno produtor.

Agora, o que falta para o pequeno produtor, o Deputado Chico Daltro sabe, é assistência técnica. Como o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres falou agora, nós, aqui, não recebemos nenhuma consideração por parte do Governo para assistência técnica.

Aqui temos assentamentos, para os senhores terem uma idéia, onde não há água para o produtor beber. Foi feito projeto para comprar vaca, para tirar leite. O que é que aconteceu? Perderam todas suas vacas. Venderam vacas que valiam oitocentos reais por duzentos e vários rebanhos morreram de sede.

Companheiros, aqui nós temos criado, em Cáceres, um mercado do produtor. É o mini CEASA. O que falta? Assistência técnica. Nós temos a Escola Agrotécnica, a UNEMAT com curso de Agronomia. Então, o que é que falta? Falta uma parceria, uma assistência para o produtor. Nós temos aqui o Projeto Facão, que ainda não foi a lugar nenhum, até agora. O Deputado Chico Daltro sabe muito bem disso, deu apoio para a eletrificação rural e até hoje não saiu do papel.

Companheiros, a renda do pequeno produtor aqui é menos que um salário mínimo. O Prefeito de São José dos Quatro Marcos sabe que o produtor que tira 50 litros de leite, não ganha um salário mínimo por mês. A maioria dos produtores tira 50 litros de leite. O que nós precisamos aqui, os Municípios de Cáceres, Porto Esperidião, os demais municípios, é de renda.

Falam em plantio de soja. Nós temos terra boa para isso também, mas o que precisamos é investir no pequeno produtor. Enquanto está assentando 10 famílias, tem 10 famílias aqui - se eu estiver mentindo que o Prefeito de São José dos Quatro Marcos fale - vendendo propriedades para ir para um assentamento porque está sem renda.

Srs. Deputados, vamos dar assistência a esse pequeno produtor, cobrar da EMPAER uma assistência respeitosa, uma assistência no campo. Há assentamento aqui onde eu fui, em que mil e quinhentos metros do plantio de abacaxi eram do projeto LUMIAR, um projeto que não dava assistência. Nenhum técnico foi à roça e o cara perdeu todo o abacaxi por falta de tratamento das mudas. É muita falta de consideração com o produtor, com a nossa produção. Nós somos produtores aqui e a maioria da renda aqui não é da produção agrícola. Cáceres vive de quê? Vive de renda de funcionário público, da UNEMAT, do quartel. Produtor agrícola aqui não tem mais valor nenhum. Nós queremos ser respeitados (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Carolina Corrêa.

A SR<sup>a</sup> CAROLINA CORRÊA - Boa-noite a todos.

Eu ouvi o Secretário colocar que é interesse do Estado e do Município também investir no turismo. Eu acho que essa é uma proposta muito boa, porque há como gerar renda para a população e ainda conservar grande parte do nosso Pantanal. Eu quero saber se há alguma parte do Orçamento destinado à colocação de uma estação de tratamento de esgoto, pois o turista quando vem para cá... Nós temos o Sangradouro que é um grande desembocador de grande parte do esgoto da cidade e que cai no cartão postal da nossa cidade. Até em nosso festival, nas provas infantis, as crianças são colocadas para pescar ali, do lado onde cai todo o esgoto. Eu gostaria de saber se há

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

alguma previsão para tirar esse esgoto que cai ali e que mancha, de certa forma, o nosso maior cartão postal (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Obrigado, professora.

Com a palavra, o Sr. Neuzo Antônio de Oliveira, representante da Vila Aparecida, aqui de Cáceres.

O SR. NEUZO ANTÔNIO DE OLIVEIRA - Boa-noite às autoridades e pessoas aqui presentes.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Carlão Nascimento.

Vossa Excelência poderia responder, sem ofensa, se Vossa Excelência conhece a estrada que passa pela Vila Aparecida e vai até Barra do Bugres?

Se Vossa Excelência conhece, eu acho que poderia verificar direito que existe muita dificuldade para o povo da Vila Aparecida. Aquele é um povo que está cansado de sofrer com essa região. Foram feitas várias pontes de cimento e até hoje esse asfalto não saiu. Consta do mapa, consta da documentação que essa estrada está asfaltada e até hoje nada foi feito. Passam inúmeros caminhões carregados de soja, dificultando as pontes de madeira que existem no local e até hoje não foi feito nada para esta região e para essa comunidade que tanto sofre.

Tem mais uma coisa. Vila Aparecida é uma comunidade completamente isolada na área de comunicação. Ela não tem uma recepção de imagem daqui de Cáceres. As imagens são somente através de antenas parabólicas. Então, gostaria de saber se há possibilidade de o Deputado fazer alguma coisa para essa comunidade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Sr. Neuzo, a estrada eu não conheço, mas há possibilidade de ajudar a resolver os problemas. Nós vamos tentar ajudar pedindo ao Secretário de Planejamento e Coordenação Geral para incluir no orçamento do Estado.

Indicação, o Prefeito Túlio Fontes fez várias, quando foi Deputado. O Sr. Duda Barros deve ter indicado. O Deputado Renê Barbour deve ter indicado. Quer dizer, falta só fazer.

Com a palavra, o último inscrito, Sr. Cipriano de Almeida, do Fórum da Luta de Entidades de Cáceres.

O SR. CIPRIANO DE ALMEIDA - Boa-noite a todos.

Eu quero só completar aquilo que já foi dito.

A minha pergunta, o rapaz ali acabou de fazê-la, que é sobre a linha de Cáceres a Barra do Bugres, passando por Porto Estrela, Vila Aparecida, parece-me que é a linha 343, que tem que ser realmente... Já foi constatado que já veio verba para recapeá-la, mas que ela nunca foi asfaltada. Então, é uma necessidade. O trânsito, o movimento que existe das usinas que trazem o álcool e a soja para o porto de Cáceres é enorme. Há uma necessidade tão grande desse asfalto. Esperamos que desta vez ela saia do papel (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - O Prefeito Túlio Fontes quer fazer uma intervenção, para responder algumas perguntas. Temos ainda o Secretário Yênes Jesus de Magalhães e os Deputados que estão pedindo a palavra.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo, por três minutos.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Boa-noite.

Nós sabemos que o horário já está adiantado, mas foram colocadas aqui tantas questões importantes e gostaríamos de falar muita coisa, porém vamos ter que resumir, pelo tempo.

Quando nós percebemos a comunidade reunida, colocando as suas reivindicações, angustiada sobre a questão agrária, os pequenos produtores, as estradas, a geração de emprego, o saneamento, a saúde, a educação... Se nós nos reuníssemos todo ano aqui, neste momento, para discutir, e ficássemos ouvindo sempre as mesmas reivindicações... Nós chegaríamos aqui,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

ouviríamos, iríamos embora e pronto, continuaria do jeito que estava. Voltaríamos no outro ano e ouviríamos a mesma coisa.

Por isso que há o propósito, pelo menos meu, como Deputada Estadual, de que quando nós ouvimos, temos que planejar como responder a essas inquietações. Quando nós falamos de planejamento, nós falamos de Orçamento. Muitas vezes a comunidade coloca o Orçamento como algo muito distante, como algo que fica no papel e não incorpora isso ao seu cotidiano, como cidadão e cidadã. Enquanto nós fizermos isso, nós vamos continuar todo ano nos reunindo aqui, lamentando, reivindicando e falando mal dos políticos.

É importante que cada cidadão e cidadã lá no seu município, na sua Câmara Municipal - nós vemos aqui vários vereadores -, vá saber qual é a LDO que está tramitando lá, nesse momento. A LDO que nós estamos discutindo aqui é da Assembléia Legislativa, mas tem a LDO tramitando nas Câmaras Municipais, para ser votada também até o dia 30 de junho, tem a LDO lá na Câmara dos Deputados também, mesmo com as reformas que estão tramitando por lá.

Este é o momento para nós nos apoderarmos dessas peças orçamentárias, para não continuarem fictícias, distantes, só no papel. Aí nós perguntamos: O que é a LDO? Como já foi dito aqui, a LDO trata das diretrizes gerais, daquelas diretrizes que vão nortear a formulação do Orçamento no segundo semestre. Por isso é importante sabermos, como citou aqui o Secretário Yênes Magalhães, que um dos artigos da LDO diz que os Poderes são obrigados a publicar nas suas folhas de pagamento quem está na folha e quanto recebe. Isso já está, inclusive, na Constituição Estadual. Isso já deveria estar sendo cumprido, inclusive. Há também outros artigos relativos ao Orçamento, salários, investimentos, enfim, a LDO determina uma série de questões.

Além da LDO, nós teremos o Orçamento. O que é o Orçamento? É quando nós vamos fazer ação. Se eu tenho, sem contar com os recursos específicos que são os carimbados, que tem que dizer para onde vai e onde tem que aplicar, se há um setor que é para investimento e o Governo do Estado, Secretário Yênes Magalhães... Depois, no segundo semestre, nós teremos que acompanhar isso.

Quanto é para o setor de investimento? Quer dizer, esse recurso para investimento, onde nós vamos priorizar? Nós vamos pegar esse recurso de investimento do Estado e vamos priorizar para aquelas regiões que, potencialmente e economicamente, estão mais estruturadas ou vamos destinar esse investimento para aquelas regiões que estão com problemas de desenvolvimento, como é o caso aqui citado? É nesse momento que nós temos que estar organizados enquanto região.

Foi importante o debate lá em Jauru, porque nós vamos reivindicar, no Orçamento, para que sejam priorizadas as regiões que têm mais problemas de exclusão social. Nós temos que fazer esse debate também com as outras regiões. Por quê? Porque se nós não fizermos esse debate franco com todas as regiões e não definirmos, como primeira prioridade, um trabalho na área onde a exclusão é pior, onde a pobreza está pior, nós também vamos ficar fazendo de conta que estamos discutindo Orçamento.

Senhores, este é um debate apaixonante, mas nós temos que pôr a mão na massa. Todos nós, não somente os Deputados, porque esta é a história do Orçamento participativo. Se nós não colocarmos a mão na massa, se nós não pegarmos esse recurso, não determinarmos e não priorizarmos, nós ficaremos sempre lamentando. Na verdade, o Poder Executivo está determinando o que é prioridade para ele e para quem está na gestão, mas quem está na gestão, muitas vezes, não sente o problema de quem vive na cidade, de quem está lá no dia-a-dia vivendo os problemas. Certo?

Quando nós inauguramos este momento na Assembléia Legislativa, discutindo a LDO, nós temos que provocar, temos que continuar isso. Isso tem que ser uma coisa diária, 24

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

horas, e não só a Assembléia Legislativa, mas as Câmaras, as Prefeituras, as entidades regionais, etc. Então, é isso.

A outra questão é que hoje há algumas legislações que determinam não só o Orçamento. Como exemplo, nós vamos pegar a prestação de contas. Os Vereadores aqui devem saber que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que os Prefeitos têm que prestar conta de quatro em quatro meses, em audiência pública, na Câmara. A Câmara que não está cobrando isso, o Prefeito que não está fazendo isso terá que fazer. Por que temos que cobrar isso? Porque se nós temos a prestação de contas dos quatro meses anteriores, na hora em que formos sentar para discutirmos a LDO, nós saberemos quanto o Estado arrecadou e onde aplicou. Vamos saber, inclusive, como serão norteados os próximos dois quadrimestres, o que vamos colocar na LDO e o que vamos colocar no orçamento. Então, todas essas instâncias do Orçamento, na verdade, são para todos os entes: para a União, para o Estado e para o Município.

A questão do FETHAB, por exemplo, foi bem explicitada aqui. Neste Governo nós estamos vendo e, como Deputada, temos cobrado quanto é que se tem arrecadado no FETHAB. O próprio Governo já está se antecipando aos nossos requerimentos. Eu já vi nesta semana, num jornal, o valor arrecadado do mês de maio, até antes de enviar um requerimento. Nós fizemos um requerimento com relação aos meses de janeiro e fevereiro. Já acumularam sessenta e quatro milhões até maio. Desses sessenta e quatro milhões, retiram-se 30% para habitação e o restante para estrada, já dá para ir corrigindo uma série de problemas que algumas pessoas e vereadores aqui colocaram. Vamos saber na nossa região quais são as estradas mais precárias, como é que vão chegar esses recursos, que dia vão chegar, que dia que começará essa estrada, porque daqui a pouco já é setembro, depois vem outubro e já começam as chuvas. E vem a desculpa da chuva. Aí arrecadou mais de cem milhões e o dinheiro que está lá é virtual. Então, o dinheiro tem chegar aonde deve chegar.

Com relação à saúde, Prefeito aqui de Cáceres e de toda região, nós temos um problema crônico aqui que é a questão do Hospital Regional. É um hospital com capacidade para atender toda região, foi pensado para isso, mas um hospital tem que receber o aporte de recursos da Secretaria de Saúde, coisa que nós estamos brigando lá na Assembléia Legislativa, para aumento de vagas na UTI, aumento de leitos para atender maternidade, atender emergência, UTI neonatal, UTI infantil, UTI adulto, e dinheiro tem, porque a Emenda nº 29 destina cada ano o aumento de recursos na área de saúde. Tem dinheiro no Orçamento, está contingenciado. Nós sabemos que vai chegar agora a prestação de contas e nós temos que acompanhar se o Governo está aplicando o recurso. Não tem dinheiro? Tem dinheiro, sim. É a mesma coisa, vamos ver o que é prioridade. A hospital daqui é de todas as regiões? Tem o Hospital Regional de Cáceres, de Sorriso, de Rondonópolis, e a situação não é diferente, Prefeito, dos outros hospitais regionais. Fez o hospital, equipou um pouco, mas nós precisamos continuar, senão o hospital não responde a demanda.

Falou-se aqui sobre o FCO, o Secretário perguntou do FCO. O Sr. Alexandre César está respondendo hoje pelo Fundo Centro-Oeste. As últimas informações que eu tenho é que o FCO está se reestruturando com relação aos critérios de crédito, diminuindo o teto, porque o teto era de milhões de reais, atendia apenas os grandes, também está diminuindo e reduzindo o piso, porque o piso era alto também e o pequeno não tinha acesso. Uma outra coisa, às vezes, o pequeno nunca consegue fazer um empréstimo no Banco do Brasil, porque a burocracia é enorme. O Sr. Alexandre César disse-me que parece que estão reestruturando uma nova diretriz para resolver isso também.

Quero parabenizar a participação de todos, dos Prefeitos, dos Vereadores, dos Deputados. Eu falei que nesta nossa Audiência Pública não terá mais que cinco Deputados e parece-me que eu estava adivinhando, porque cinco Deputados ficaram em Rondonópolis hoje. Hoje, o Presidente Lula esteve em Rondonópolis. Como estou cansada, eu pedi para falar primeiro. Nós

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

acordamos cinco horas da manhã, acompanhamos o Presidente em Rondonópolis, Alto Taquari, Alto Araguaia, e cinco Deputados ficaram lá, não conseguiram vir. É sexta-feira e tem essa dificuldade, mas o que importa é que a Assembléia Legislativa está aqui. O Sr. Francisco Monteiro que é o nosso Consultor Técnico-Jurídico, o nosso cerimonial, os seguranças, a TV Assembléia estão nos acompanhando. Esperamos que realmente continuemos esse trabalho.

Quero parabenizar ao Secretário Yênes Magalhães, pelo Governo, porque está fazendo esse debate do PPA, eu acompanhei um. É isso mesmo que nós temos que fazer. Nós temos que ir até onde está a população e concretizar, senhores, porque senão muitas vezes a população vai, é ouvida e as coisas não acontecem. Mas para isso se concretizar, como eu falei, nós temos que pegar no chifre do boi, temos que cobrar de todos que estão aqui para essas coisas acontecerem. Um abraço para todo mundo e até a próxima (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Deputado Clóvis Roberto.

O SR. CLÓVIS ROBERTO - Boa-noite.

Antes, eu gostaria de dizer ao amigo sobre a Vila Aparecida, Porto Estrela. Eu fazia esse trecho entre 1972 a 1974 quando aqui ainda tínhamos Cáceres e as Glebas de Cáceres. Eu vinha de Rio Branco, Lambari, Salto do Céu para lá, Mirassol, Araputanga, tudo. Conheci tudo nascendo. São José dos Quatro Marcos, eu conheci. Eu conheço todo o Estado, Deputado Carlão Nascimento. O Sr. Secretário Yênes Magalhães agora que está conhecendo o Estado, não é, Secretário? Mas eu conheço todo o Estado de Mato Grosso, região por região, cidade por cidade, e não é segredo para ninguém. Eu trabalhei durante muito tempo como assessor de imprensa do ex-Governador Dante de Oliveira, diretamente com ele. Vim a Cáceres inúmeras vezes. Essa discussão, a chamada discussão regional, sempre estive na cabeça do ex-Governador, tanto é que ele enfrentou um grande desafio, que foi tirar quarenta e nove municípios da escuridão. Dos cento e trinta e nove municípios que tínhamos, quarenta e nove viviam em completo blecaute. Foi resolvido o problema de energia. E foi resolvido, como? Com planejamento estratégico, que é isso que o Secretário Yênes Magalhães está fazendo aqui e é isso que nós Parlamentares estamos fazendo aqui.

A sugestão que tenho para essa região... Os senhores vão para determinadas regiões do Estado, há um fluxo de desenvolvimento. Colniza, que foi citado aqui, eu conheci a Gleba Colniza, que era para ser um projeto do tipo Sinop/Alta Floresta/Colniza, o ex-Deputado Francisco Monteiro está aí e sabe disso, mas como a pessoa que foi tocar, o grupo que foi tocar Colniza não foi o mesmo grupo de Ariosto da Riva lá de Alta Floresta ou de Ênio Pipino de Sinop, foi uma pessoa que não tinha essa vocação regional de interação, de desenvolvimento, Colniza ficou estagnada. E ressurgiu agora, recentemente, com a questão de dois anos é que começou a aflorar novamente, com o plantio do café.

O melhor país do mundo chama-se Suíça. Na Suíça - o ex-Deputado Francisco Monteiro que está aí sabe, é experiente, é Consultor Técnico-Jurídico da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso -, o regime que impera é o regime chamado Cantões, onde as pessoas se reúnem, discutem, fazem o planejamento, votam e ali acontece.

Pegando a barca da sugestão da Deputada Verinha Araújo, cobrem das Câmaras Municipais. Srs. Vereadores, cobrem dos Prefeitos. Câmaras Municipais, valorizem-se e chamem a população para dentro do Poder Legislativo para discutirem.

Recentemente, o país assistiu... E aí vem o quanto é importante a democracia. A democracia não é só votar no dia da eleição e acabou, é votar, acompanhar, cobrar, exigir daqueles que os senhores elegeram, seja ele Deputado, seja ele Vereador, seja ele Prefeito, seja ele Governador.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Como é que surgiu esta região? Esta região aqui foi pensada em governos passados e eu tive a oportunidade, a honra, como jornalista, de fazer uma entrevista com o saudoso Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo que planejou três grandes cidades em Mato Grosso e também deixou um embrião projetado mais ou menos para Cáceres, que depois foi encaminhado por outro Governador, que seriam as Glebas de Dourados, Rondonópolis e Cáceres. Eram as três cidades emergentes. Cáceres, uma cidade antiga, ressurgiu através dessas glebas, desses municípios aqui próximos, e esta região é uma região de agricultura, de pequenos agricultores em sua maioria.

Nós vamos cobrar na Assembléia Legislativa, Secretário Yênes Magalhães, que o Governador do Estado crie, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, um programa específico para o pequeno produtor de Mato Grosso, porque existem, a exemplo daqui, da Grande Cáceres, outras regiões também. Nós vamos à região de Tangará da Serra, região do massapé, nós temos pequenos produtores que precisam ser estimulados.

Por que Rondonópolis se desenvolveu? Por que Dourados se desenvolveu? Porque foi feito ali uma mini reforma agrária com assentamentos pequenos e tal. Havia recursos do Banco do Brasil para plantar o feijão, para plantar o arroz, para plantar o algodão, recursos para sindicatos, na época. O Sr. Arnaldo Esteves me falou sobre isso, sobre o desenvolvimento, particularmente sobre essas duas cidades. Ele falou: “Eu estava pensando em Cáceres e tal...”. Deixou alguma coisa e o Governador que veio implantou e surgiu essa região.

Eu me lembro quando morava em Rondonópolis, eu cansei de dizer que não havia região melhor que essa. Essa cidade de Cáceres vai explodir. Isso vai virar um negócio. E, realmente, virou. Só que, de repente, estagnou.

Como foi colocada aqui a questão da representação popular, os senhores só qualificarão a representação popular na medida em que fortalecerem suas câmaras municipais, seus vereadores, seus representantes, para surgir daí representantes dessa região que, realmente, defendam a Grande Cáceres. É uma pena, porque nós poderíamos falar de Cáceres, Capital do Pantanal; Cáceres, o Pantanal Mato-grossense; Cáceres desenvolvendo-se através do turismo, quer dizer, das belezas naturais, da riqueza, da diversidade que existe aqui. Tudo isso, senhores, tem valor. Sentem-se, discutam, é dos senhores que tem que partir a solução. Não vai vir de lá, do Governo não vem nada. O Governo - o senhor vai me desculpar a ausência do Governador, Secretário Yênes Magalhães - só pensa em grande produtor neste Estado. O pequeno ele nunca pensou e nem vai pensar. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Quero agradecer a presença do ex-Prefeito de Cáceres, Sr. Massato Nakara. Está aqui desde o início e o Cerimonial não nos passou aqui.

Com a palavra, o Deputado Chico Daltro, que dispõe de dois minutos.

O SR. CHICO DALTRO - Boa-noite, companheiros e companheiras, Srs. Deputados Clóvis Roberto, Nataniel de Jesus, Carlão Nascimento e Verinha Araújo; Sr. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes de Jesus Magalhães; Vereador Valter Sais, representando a Câmara Municipal de Cáceres; Sr. Antônio de Andrade Junqueira, Prefeito de São José dos Quatro Marcos; Prefeito Túlio Fontes, de Cáceres; Prefeito de Reserva do Cabaçal e Presidente da AMM, Sr. Ezequiel Ângelo Fonseca; Sr. Adilson Domingos dos Reis, do CEPROMAT.

Gostaria de agradecer a presença de todos e dizer do objetivo desta Audiência Pública da Assembléia Legislativa, discutindo a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias. É dessa LDO que sairá o Orçamento do Governo do Estado para o ano que vem. A nossa discussão é sobre o dinheiro a ser arrecadado pelo Governo do Estado no ano que vem. Ele vai ser gasto com o quê? Quanto para cada coisa? Além disso, para Cáceres e região oeste, o que será garantido desse valor

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

---

total de recursos públicos que o Governo do Estado terá para fazer os investimentos, além do custeio, pagamento de funcionários do Estado inteiro, funcionamento dos órgãos públicos. Nós estamos aqui para discutir isso.

A discussão do PPA a que o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Yênes Magalhães, se referiu é um planejamento para quatro anos. A LDO todo ano tem que ser discutida. No ano que vem, o Governo deverá arrecadar quanto? Três bilhões de reais. O que vai fazer com esse dinheiro? Pagamento de pessoal, custeio operacional das repartições de Governo e investimento. Quanto de investimento? Que tipo de investimento? Onde vão fazer esses investimentos? Nós queremos investimento nas estradas, queremos investimento na área de saúde, hospitais regionais, postos de saúde, centro de saúde, ambulância, etc. Na área de educação, reforma de escola, construção de nova escola são partes de investimento, fora o custeio que é pagamento de pessoal. Onde tem um professor de escola estadual em qualquer município é o Governo do Estado que paga o salário dele.

Nós queremos investimento na área do turismo, por exemplo, queremos ajudar na infra-estrutura, seja na pavimentação de ruas, na unidade de tratamento de água, saneamento de esgoto, como foi colocado aqui por uma companheira, seja na pavimentação de estradas de acesso a pontos turísticos, enfim, é sobre esses investimentos que nós queremos discutir. Por quê? Porque o Governo do Estado, o Executivo, faz as suas discussões e planeja o que vai fazer com o recurso que ele terá no ano, mas ele tem que mandar esse projeto de lei de orçamento para a Assembléia Legislativa e nós, Deputados e Deputadas, teremos que discutir e verificar se o projeto que o Governo mandou está bom, se ele está atendendo às necessidades do Estado, em cada região. Os Deputados e Deputadas têm o poder, se acharem que não está bom, de fazer emenda, modificar aquilo que chegou lá do Governo do Estado, do Executivo. Então, por parte do Legislativo, da Assembléia Legislativa, nós estamos indo a cada região do Estado para ouvir as prioridades, as urgências, para quando da apreciação da LDO, até o dia 30 próximo, nós poderemos modificar coisas na LDO.

Agora, o projeto do orçamento chegará até 30 de setembro para que nós possamos apreciar e votar até 30 de dezembro. Nós queremos saber, para que não fiquem os Deputados somente na Assembléia Legislativa, e um individualmente conversando, por isso há essas audiências públicas aqui para ouvir a região.

Eu gostaria de dizer sobre um ponto que colocou aqui o ex-Secretário de Agricultura deste Município na gestão passada e que foi candidato a Deputado agora, Sr. Dilsinho. Ele acompanhou os trabalho e falou: “Nós queremos que continue o que já foi possível acontecer para o pequeno produtor e que melhore ainda mais.”. Tenho confiança de que o Presidente Lula haverá de investir mais na assistência técnica. Nós estivemos nessa área e conseguimos a eletrificação rural e o crédito agrícola, através do PRONAF. Foi uma luta nossa e o Prefeito Túlio Fontes participou, naquela época, da inclusão do Município de Cáceres no PRONAF, que possibilitou construir o mercado do pequeno produtor. Nós queremos que isso continue e que ocorra um avanço maior ainda de apoio ao pequeno produtor. Temos uma confiança muito grande na proposta de trabalho do Presidente Lula, com o apoio que ele tem definido no Congresso Nacional e em várias outras agremiações político-partidárias.

Eu quero dizer, então, que para a questão da LDO e do Orçamento nós estaremos correspondendo com a cidade de Cáceres, de São José dos Quatro Marcos, de Reserva do Cabaçal e de toda a região oeste. Nós estaremos na Assembléia Legislativa, defendendo as adequações à LDO e ao Orçamento, para garantir recursos. Tenho certeza de que se não for modificado o patamar de recurso que vem sendo colocado ano a ano no projeto da LDO que chega à Assembléia Legislativa para a UNEMAT - não só eu, Deputado Chico Daltro, mas o Deputado Carlão Nascimento, a

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

---

Deputada Verinha Araújo, o Deputado Nataniel de Jesus, o Deputado Clóvis Roberto, enfim, todos nós Deputados, nós teremos que mexer para mobilizar recursos de outras áreas para aumentar o orçamento da UNEMAT. Ano a ano é necessário aumentar recurso para a UNEMAT, para que ela possa fortalecer e ser um marco de desenvolvimento educacional do nosso Estado. Este já é um ponto que nós fizemos o compromisso. Nós já estamos lá com as nossas emendas à LDO, para serem apreciadas até o dia 30, para que se desloquem de outros setores mais recursos para a UNEMAT, que é o carro-chefe de desenvolvimento desta região e do Estado.

Nós estamos discutindo também, dentro desses recursos, os valores apontados para a segurança pública, porque é um setor que precisa ser tratado com diferenciação, pela precariedade e pela urgência do momento em nosso Estado, como no resto do nosso País. Nós estaremos sempre atentos para fazer as reivindicações e as emendas à LDO na questão de mais apoio para o pequeno produtor.

É isso que eu gostaria de colocar aqui sobre o objetivo geral da Assembléia Legislativa, dos Deputados, e em particular do Deputado Chico Daltro, o meu compromisso de corresponder com Cáceres, com a região oeste e de oferecer mais recurso para a região. Podem contar com a nossa posição definida e determinada na Assembléia Legislativa em favor de assegurar no Orçamento do Governo investimentos e recursos para Cáceres, para toda região oeste. É o compromisso que nós temos e estaremos sempre oferecendo o nosso trabalho para corresponder com esse compromisso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Cumprimento a Mesa, em nome do Secretário Yênes Jesus de Magalhães, e quero cumprimentar todas as senhoras e senhores, em nome do Vereador Divino.

Já foi falado tudo, não é? Tudo já foi dito aqui. Eu só vou falar para quebrar o gelo, para não ficar sem falar, porque senão vão dizer assim: “Pôxa, o Deputado Nataniel de Jesus foi o único que não falou.”.

Técnicos, existem tantos técnicos, tantas técnicas para fazer de Mato Grosso o melhor Estado deste País. Só está faltando boa vontade. Nós podemos ver o exemplo do Senador Marcelo Crivella - alguns dos senhores devem conhece-lo como bispo - que fez um grande trabalho em Irecê, no sertão da Bahia. Um lugar onde há seca, a terra não corresponde e, normalmente, se espera chuva de cima para baixo - ele até compôs uma música, a letra diz que a chuva é de baixo para cima. Ele conseguiu irrigar aquela região e fazer nascer dali, daquele lugar tão seco, tão deserto, brotar ali o feijão, brotar o milho e assim, então, levar o sustento a muitas famílias.

O que aquele bispo, agora Senador Marcelo Crivella, fez é o que o Governador poderia ter feito. Desde que eu me entendo por gente, o Governo sempre usou o sertão nordestino como plataforma política, sempre prometendo e o Governo nunca fez nada e aqui nós temos tudo para estourar, para arrebentar e não pensar apenas em soja. Precisamos pensar também na universidade, pensar nos nossos rios, pensar no turismo, temos muita coisa para fazer aqui. Temos tantos técnicos, temos tantas empresas do Governo, temos tantas pessoas trabalhando na máquina do Governo que chega a ser vergonhoso quando uma pessoa chega aqui, no microfone, para falar que no rio onde ocorre um festival, o maior festival de pesca do mundo, nesse rio deságua, ou melhor, não deságua, porque não é água, é derramado ali o esgoto. Coisas desse gênero é que são vergonhosas. Chega a ser vergonhosa para uma cidade do tamanho de Cáceres, uma cidade que hoje era para estar brilhando mais até do que Cuiabá.

Eu quero colocar-me, junto com os meus companheiros, à disposição não somente de Cáceres, mas de toda a região, de todos os municípios que compõem esta região. Nós vamos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

estender as nossas mãos, os nossos braços para colaborar com os senhores. Disposição não faltará, boa-vontade não faltará. Técnicos existem muitos, só está faltando boa-vontade. Muito obrigado. Boa-noite (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu vou conceder a palavra por um minuto ao Sr. Túlio Fontes e mais um minuto para o Sr. Adilson Domingos dos Reis e aí o Secretário Yênes Magalhães, em seguida, responderá as questões para fechar.

O SR. TÚLIO FONTES - Primeiro, eu quero falar em rápidas palavras com relação à estrada de Vila Aparecida, MT-388. Se os senhores contarem lá, para essa estrada já tem dezenas ou centenas de indicações ao logo de mais de vinte anos, e o Deputado Chico Daltro poderá dar uma olhadinha. Eu tenho certeza de que há dezenas ou centenas de indicações de mais de vinte, trinta anos na Assembléia Legislativa. Eu acho que asfaltar essa estrada é prioridade, sim, e seria interessante incluir na LDO para o próximo ano.

Segundo ponto que eu queria falar aqui é com relação à Professora Bióloga Carolina. Ela fez uma colocação e o Deputado Nataniel também falou sobre o assunto. Eu quero dizer a todos que se tem uma coisa que eu gostaria de fazer para, realmente, marcar a minha administração como Prefeito de Cáceres é a despoluição de toda a Baía do Malheiros, começando pelo Sangradouro. Por que eu falo começando pelo Sangradouro? Porque, na verdade, aquele é o principal foco, mas nós temos vários outros pontos de esgoto que estão sendo lançados no nosso rio Paraguai.

Na verdade, no ano passado, preocupado com isso, nós preparamos na Prefeitura de Cáceres um projeto. Levamos esse projeto a Brasília. Nós protocolamos, acompanhamos todas as etapas de aprovação desse projeto dentro do Ministério e, lamentavelmente, embora tivéssemos até chegado a comemorar a liberação dos recursos, porque nós estendemos que já ia sair realmente - e o Deputado Ricarte de Freitas me ajudou muito nesse projeto -, o recurso não chegou.

Eu estou agora preparando novamente esse projeto. Tem que ser preparado um novo plano de trabalho, de acordo com a sistemática do Governo Lula. Como mudou o Governo Federal, mudou a sistemática de cada Ministério e tão logo nós tenhamos a sistemática do Ministério do Meio Ambiente, nós estaremos protocolando mais uma vez e espero que este ano, desta feita, saia realmente do projeto para que possamos executar esse importante pleito de Cáceres. E agora nós sabemos que podemos também contar com o Secretário Gilney Viana, que foi colega de todos nós na Assembléia Legislativa. Eu tenho certeza de que ele vai abraçar com muito empenho essa causa. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Presidente da CEPROMAT, o Sr. Adilson Domingos dos Reis.

O SR. ADILSON DOMINGOS DOS REIS - Eu fiz questão de falar só um minuto para cumprimentar a Mesa e não ser a única exceção aqui em cima a não usar da palavra.

Eu quero lembrar da importância do planejamento estratégico e do papel que nós temos, como representantes do Governo hoje, ocupando um cargo que cuida da gestão da tecnologia da informação para um Estado cidadão.

O nosso papel lá é ter compromissos regionais, e o Secretário Yênes Magalhães já colocou isso muito bem. Eu disse há pouco, em entrevista, parabenizando a Assembléia Legislativa, por este momento, Deputados, que eu acho extremamente importante lembrar a importância da tecnologia da informação.

A posição que nós ocupamos hoje é um instrumento meio para colocar em comunicação todos esses setores. É o único instrumento comum a toda essa coletânea de problemas a que estamos assistindo e que o Governo está participando com a população, percorrendo todo o Estado de Mato Grosso. A tecnologia da informação é hoje a nossa tarefa. O nosso dever de casa e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

fora de casa. Eu sempre tenho colocado isso. É isso que eu quero ratificar aqui, na minha cidade, na minha região, esse compromisso para com o Estado de Mato Grosso.

Respondendo a companheiros, como o Secretário Yenês Magalhães, temos feito um trabalho altamente salutar e totalmente *in off* até o momento. É óbvio que podem acontecer falhas, mas podem ter a absoluta certeza de que através da tecnologia da informação as possibilidades serão diminuídas, especialmente com a grande evolução da cabeça, da presença, do preparo dos Srs. Deputados, com essa visão estratégica, histórica que todos os senhores têm. É isso que nós estamos procurando aproveitar e bem aproveitar em prol de cada região do Estado de Mato Grosso, enfim, do nosso País.

Resumindo aqui, Deputado Carlão Nascimento, eu quero agradecer pelos cinquenta e cinco segundos.

Em Cuiabá, com certeza, naquele debate que nós teremos lá, muito mais ampliado, estaremos detalhando todas essas questões que estamos anunciando neste momento. Muito obrigado. Boa-noite a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o nobre Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Gostaria de saudar o Vereador Wilson Kishi, hoje licenciado, para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Esporte e Lazer de Cáceres.

Apenas para transmitir o permanente e fraternal abraço do Deputado Federal Pedro Henry, que não pôde estar aqui, hoje, porque está integrando a comitiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na região sul de Mato Grosso e retornará na comitiva do Presidente para Brasília. Então, é um motivo mais do que justificável. Ele que gostaria de estar aqui solicitou-me que apresentasse aqui o seu abraço a todos os amigos cacerenses e o motivo da sua ausência, pois está representando Cáceres e Mato Grosso na comitiva do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu peço ao Sr. Secretário Yenês Magalhães que responda as perguntas feitas.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Agradeço ao Deputado Carlão Nascimento.

Respondendo a pergunta dos estudantes: “Como é que as escolas públicas podem ajudar a participar desses programas de Governo?”. Na verdade, a fala da Deputada Verinha Araújo foi extremamente feliz. Não é só a preocupação com relação aos programas de Governo, mas acompanhar o trabalho da Assembléia Legislativa, das Prefeituras, dos Vereadores, buscando de alguma forma integrar-se a esses mecanismos.

Nós estamos vivendo um momento bastante oportuno. Praticamente é tudo novo, apesar das leis estabelecerem que isso era para ter sido feito há muito tempo, é a primeira vez que isso está ocorrendo em nível de Estado, em nível de municípios.

Todos nós estamos aprendendo. Nós temos que encontrar mecanismos para de alguma forma participar. Tem que começar, sem dúvida alguma, pela Câmara Municipal e ver como que cada um poderá se integrar. Eu não tenho uma resposta de como participar, mas tem que se envolver com os segmentos organizados. De forma isolada fica muito difícil buscar, participar.

Respondendo a pergunta da Sr<sup>a</sup> Leide Mariana: “Quais as possibilidades de se discutir o Sistema Único de Educação?”.

Não. Não está se discutindo isso. O que eu disse é que existe o Sistema Único de Saúde e nós vimos que é a melhor forma que há de fazer com que os entes, Município, Estado e União, possam juntos fazer um trabalho voltado para a comunidade. Isso aí vem dando exemplos. O Brasil acabou de ganhar um prêmio e é mérito do Governo passado, do Fernando Henrique Cardoso. O Brasil acabou de ganhar o prêmio internacional de qualidade de saúde, quer dizer, sem dúvida

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

alguma, nós iremos aprofundar, aprimorar isso, esta discussão vem somar, vem ajudar para que isso, realmente, ocorra.

Outra pergunta: “Eu gostaria também de saber se essa parceria que o Governador falou envolverá as comunidades e os bairros”.

Sim. Foi como eu disse: nós estamos convidando as associações de bairros, a federação mato-grossense de bairros.

Eu quero complementar a sua resposta, Sr. Assis. Quem começou a falar que o Prefeito é o mais cobrado fui eu. Eu me sinto no direito de falar isso, porque eu sou vereador, porque, na verdade, prefeito é só um. Em Cuiabá, somos em 20 vereadores, aqui eu não sei. Então, na verdade, eu defendo uma região, defendo um segmento, mas nós...

(NESTE MOMENTO, O SR. PRESIDENTE CARLÃO NASCIMENTO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Está dividido em 21 e o prefeito é só um. A cobrança maior é em cima do Executivo, sem dúvida alguma.

Deputada Verinha Araújo, nós tivemos uma reunião, esta semana, com o Sr. Pepeu Garcia que está estudando a questão da Agência de Desenvolvimento da Amazônia e também com o Dr. Alexandre César, que deverá criar a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Nós já temos para semana que vem duas reuniões agendadas, porque Mato Grosso é um Estado ímpar e deverá participar tanto da Agência do Centro-Oeste como da Agência da Amazônia.

Nós já temos agendado, para semana que vem, uma reunião com todos os dados do Centro-Oeste e na outra semana, uma reunião com todos os Estados da Amazônia, onde nós vamos discutir. Eu estou dizendo isso, porque na semana passada eu participei da reunião do CONDEL que delibera a questão do fundo do Centro-Oeste e lá presenciei o Ministro Ciro Gomes, por orientação, por determinação do Presidente Lula, dizendo que estão sendo revistas todas as questões dos fundos no Brasil.

A prioridade foi determinada por ele. Foi uma discussão muito grande - eu participei da reunião como ouvinte, pois quem representa Mato Grosso é o Secretário Furlan - para priorizar o pequeno e o médio. Sem dúvida alguma, o que aconteceu aqui em Mato Grosso... O próprio Governador Blairo Maggi encaminhou um documento solicitando ao Ministro que de alguma forma buscasse discutir e que não ocorresse mais com os fundos como ocorreu com relação à venda dos aviões agrícolas. A EMBRAER tinha vendido quarenta e sete aviões, sendo dos quarenta e sete, vinte e dois na AGRISHOW e, dos vinte e dois, pelo FCO. O próprio Governador do Estado solicitou que não fossem dados mais encaminhamentos e os outros pedidos que existem dessa natureza, eles serão, sem dúvida nenhuma, engavetados, porque a prioridade tem que ser o pequeno, o médio produtor.

Sr. Washington, eu falei que nós estávamos fazendo algumas análises, fazendo estudos, contratando, inclusive a Universidade Federal de Mato Grosso, porque nós estávamos trabalhando com as cadeias produtivas. Eu fiz um apanhado de todo esse trabalho de cadeias produtivas que a Federação da Indústria tem, a Universidade tem, o SEBRAE também desenvolveu. Então, estava cada um fazendo o seu. Nós juntamos tudo isso e estamos começando uma discussão para chegar a um consenso. Isso será feito justamente num trabalho junto a AMM, discutindo com a AMM, como é que nós vamos desencadear. Sem dúvida alguma, no Brasil hoje não se fala em outra coisa, quando se quer falar em desenvolvimento tem-se que trabalhar cadeia produtiva.

Sr. Assis, com relação a crédito para pequenos, o Governador Blairo Maggi já negociou com o Banco do Brasil e vai sair uma linha de crédito para os pequenos, tendo o Estado como avalista.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

A exigência que o Governador fez é que seja diminuído em pelo menos 50% as exigências que o Banco do Brasil faz, porque o Estado será o avalista e de outra forma o pequeno não tem condições de conseguir.

Há um projeto que foi desenvolvido pelo Governo passado, e eu tenho feito críticas, Deputado Carlão Nascimento, porque ele foi um projeto considerado positivo, que é o PADIC. Ele é positivo, todos os agricultores sabem disso, só que ele poderia ser muito mais positivo, Deputado Chico Daltro, se ele fosse desenvolvido na sua Secretaria, que é exatamente o que nós vamos fazer agora. O PADIC não está mais na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, que é uma Secretaria que tem que fazer o papel da discussão, de permear as ações do Governo, de tentar dar unidade ao Governo, mas a crítica que eu faço ao Governo passado foi de não ter feito isso na EMPAER.

A determinação do Governador - e nós estamos trabalhando, hoje eu tenho duas prioridades essenciais na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral -, é a questão social e a agricultura. Estou trabalhando diretamente com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, com a revitalização da EMPAER. Foi cobrado aqui e sem dúvida alguma a EMPAER voltará, não naqueles moldes, mas com um trabalho, principalmente, em parceria com os municípios. Ela voltará a fazer aquilo que já fez, porque eu já falo com dor no coração, porque eu sou engenheiro agrônomo e qualifiquei-me na EMPAER. Eu passei alguns anos fazendo estágio na EMPAER e sei o que isso significa. Então, nós vamos revitalizar a EMPAER para que ela possa dar essa assistência que foi cobrada aqui na noite de hoje.

Sr. Neuzo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós estamos priorizando, sim, a questão do pequeno produtor, pois nós temos hoje um dos Secretários Adjuntos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, o Sr. Gilson, que é Presidente da FETAGRI. O Sr. Gilson é um dos Secretários Adjuntos. Ele está na Secretaria e o trabalho dele vai ser voltado à agricultura, ao pequeno produtor, à agricultura familiar.

A professora Carolina fez uma colocação aqui. Houve muita polêmica no começo do Governo Blairo Maggi, quando o Governador disse que do jeito que estava o BID Pantanal, ele não daria continuidade. Sem dúvida alguma, quando nós falamos em saneamento o que existe no projeto... Não é que o Projeto BID Pantanal esteja errado. O que nós queremos é saber das necessidades. Nós temos identificado os problemas que causam ao Pantanal, e se nós atacamos principalmente os esgotos, sejam em Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Cáceres, todos os rios que formam a Bacia do Pantanal, nós vamos trazer verdadeiramente um retorno maior para o meio ambiente, para o nosso Pantanal. Então, existe um volume muito grande de recurso para pesquisa. Nós não somos contra a pesquisa, mas nós entendemos que nós faremos muito mais pelo Pantanal se atacarmos o problema de frente, resolvendo o problema do esgoto que está matando o nosso Pantanal.

Por último, eu quero pedir perdão ao Sr. Ezequiel, porque eu cometi uma falha muito grande aqui. Os fóruns - estão aí os jornais, a imprensa tem destacado esse papel dos fóruns que estão ocorrendo no Estado de Mato Grosso - só foram possíveis, porque eles estão sendo feitos por várias mãos. Sem contar com a SEPLAN, há dois parceiros imprescindíveis nesse processo. Um é a Casa Civil, através do Deputado Carlos Brito, que tem dado todo apoio político à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral para que possa conseguir desenvolver esse trabalho junto ao Estado de Mato Grosso. E o outro, sem dúvida alguma, é a AMM, com a participação dos Prefeitos. Cada Prefeito que recebe o fórum na sua cidade, inclusive os técnicos da AMM que estão acompanhando vão antes, vão uma semana antes para conversar com os Prefeitos e Vereadores, preparar o pessoal para que receba os fóruns. Se não fosse a AMM para fazer esse trabalho, nós não teríamos sucesso como estamos tendo. Perdão pela minha falha. Gostei muito da sua fala, quando o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

senhor disse que estava aqui, não como Presidente da AMM, mas como Prefeito da região, porque nós estamos falando de desenvolvimento regional.

Foi exatamente isso que eu disse quando eu falei do Prefeito Érico Piana, que não adianta pensar só no seu município, nós temos que pensar na região. Não adianta o município ir lá na frente... Um exemplo que eu tenho dado ultimamente é daquele empresário, Deputada Verinha Araújo, bem sucedido, que ficou extremamente rico, aí ele construiu um muro, colocou cachorro, colocou cerca elétrica, colocou pessoal armado, comprou um carro blindado, contratou motorista e segurança para levar o filho dele. Ele sentiu que ele foi, mas ele não tem segurança e está cada vez mais isolado da sociedade. Então ele voltou lá atrás e está resgatando isso com os seus funcionários. E o mais importante, ele está resgatando isso na sociedade quando ele a procura. Ele sentiu necessidade, ou ajuda as pessoas a crescerem com ele ou vai ficar sozinho, extremamente rico, mas não vai conseguir aproveitar aquilo. Essa é a necessidade de crescermos juntos. Não adianta só o município crescer, tem que crescer a região. E o meu empenho maior é exatamente nisso, de fazermos um trabalho de desenvolvimento regional.

Quero agradecer, por último, o Deputado Carlão Nascimento pelo convite para que nós pudéssemos estar aqui hoje e pela oportunidade de passarmos para a população o que nós pretendemos fazer no Governo Blairo Maggi.

Eu fui candidato a Deputado Estadual, subi no palanque junto com o Governador Blairo Maggi, pedimos votos e prometemos.

Eu só quero dizer aos senhores e às senhoras que o Governo Blairo Maggi está começando, neste momento. Estamos fazendo projetos, planejamento estratégico, plano de Governo, e a população mato-grossense tem que nos dar um prazo, tem que nos dar um voto de confiança, como deu no dia da eleição, e cobrar. Mas eu tenho fé, eu sei que com a graça de Deus e com o apoio da população mato-grossense, com o apoio de todos, dos Deputados principalmente, com os quais discutiremos cada projeto deste Estado, nós teremos um futuro melhor, sem dúvida alguma.

Eu sempre digo, o Governador Blairo Maggi, todo mundo sabe, é o maior produtor de soja do mundo, não precisava ser Governador do Estado. É Governador do Estado para poder fazer as políticas sociais, as políticas que a população precisa.

Esse crescimento que o Brasil experimenta, Mato Grosso, hoje, é o segundo Estado que mais cresce neste País, a população precisa sentir. O ser humano precisa fazer parte desse crescimento, não adianta só crescimento econômico, ele tem que ser econômico, mas social. O cidadão, o ser humano, tem que fazer parte desse crescimento, por isso Blairo Maggi é Governador deste Estado, para poder ajudar a melhorar a qualidade de vida da população mato-grossense. Meu muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu quero agradecer as palavras do Secretário Yênes Magalhães.

Quero dizer que nós, como Deputado do PSDB, tivemos a oportunidade de ler, pelo menos três vezes, a Agenda Mato Grosso mais Forte. Tenho tranqüilidade para dizer que torço para que este Governo acerte. Eu sou o maior torcedor, tanto é que tenho defendido claramente na Assembléia Legislativa todas as mensagens que chegam do Governo, tenho votado favoravelmente. O Líder do Governo, na Assembléia Legislativa, disse esses dias que o Governo está aquecendo. Nós já estamos começando o sexto mês de Governo. Então, é preciso que essas coisas saiam do papel.

Portanto, eu quero aqui dizer que fui eleito com uma proposta diferente. Nós tínhamos uma proposta diferente para Governo e perdemos a eleição, mas estou na Assembléia Legislativa porque o povo me deu esse direito.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

Quero aqui, aproveitando a oportunidade, agradecer a região de Cáceres. Eu não moro em Cáceres, nem tampouco em nenhuma cidade desta região, mas tive quase sete mil votos nesta região. Portanto, esta região tem na Assembléia Legislativa e terá em mim, um Deputado que não mora aqui em Cáceres. Podem ter certeza de que estaremos na Assembléia Legislativa, como relator da LDO, como relator que vou ser do PPA, como relator que vou ser do Orçamento, e todas as emendas necessárias para o desenvolvimento desta região, nós estaremos contemplando nessas três peças orçamentárias.

Antes de encerrar, quero passar a palavra para o Deputado Chico Daltro que quer fazer um questionamento e a Deputada Verinha Araújo quer fazer um convite, mas eu vou deixar para o final. Com a palavra, o nobre Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Deputado Carlão nascimento, é rápido, só gostaria de abordar e depois informar o Secretário Yênes Magalhães.

Primeiro, quero apoiar a decisão de transferir a gestão do PADIC para a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Acho que é mais pertinente, embora estando em outra Secretaria não atrapalhou o funcionamento do PADIC. No início da gestão do Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Edson Garcia, que indicou depois o Sr. Guilherme Müller, a gestão do PADIC foi positiva. O programa chegou em todos os municípios, para os que mais precisavam. É um programa fundamental para o desenvolvimento e o apoio do pequeno produtor. Foi uma medida acertada do Governo passado e bem gerenciada pelo Governo passado. Não se pode tirar o valor que teve o PADIC no Governo Dante de Oliveira.

Eu gostaria de colocar para o Secretário, pedir o seu apoio para ajudar a argumentar junto ao Governador Blairo Maggi, que vamos apresentar emenda para aumentar o recurso do PADIC. Espero que o Secretariado não tenha o equívoco que a comissão de transição do Governo Blairo Maggi no ano passado teve, quando solicitou ao Governador Rogério Salles a retirada do Orçamento deste ano para fazer mudanças e fez mudanças tirando os três milhões que o Governo passado propunha este ano para o PADIC, para transferir para outra Secretaria, zerando o programa este ano.

Nós já fomos à luta e, com o apoio do Deputado Carlão Nascimento, eu consegui aprovar uma emenda mantendo dois milhões para o PADIC e que eu espero que a Secretaria de Desenvolvimento Rural aplique bem esses dois milhões. No ano que vem, com certeza, do valor que estiver estipulado para o PADIC, nós faremos emenda alertando, porque esse é um recurso que chega lá para o pequeno. O Dr. Antônio Junqueira está aqui, é Prefeito de um Município como São José dos Quatro Marcos e precisa muito do PADIC. Um Município como Cáceres, que teve aqui dez, quinze PADICs, precisa de mais.

Uma outra coisa, rapidamente, é a EMPAER. Eu conheci de perto e sou um defensor da EMPAER. Eu sou um defensor da EMPAER de todos os Governos que passaram, não é só do Governo Dante, mas do Governo Bezerra também, de todos, porque a EMPAER - e eu discordo da crítica do Sr. Dilsinho e foi uma coisa que eu esqueci de contestar naquele momento - está salvando o que é possível para o pequeno produtor. O que aconteceu com a EMPAER? Existia a EMBRATER, que no Governo Fernando Collor foi desativada, extinta e o Governo Federal passou a não mandar mais nenhum tostão para a assistência técnica nos Estados, nenhum tostão. O que é um assentamento do INCRA? É total responsabilidade do Governo Federal. E o Governo do Estado teve que bancar sozinho a assistência técnica. A EMPAER prestava um excelente serviço de assistência técnica para os pequenos produtores que não era do assentamento do INCRA. Encheram nosso Estado de assentamento com pessoas, de brasileiros, que nós queremos muito que vivam aqui para sempre, mas não mandaram recurso para assistência técnica. Não mandou, porque Fernando Collor extinguiu. Na gestão Fernando Henrique Cardoso começou, no segundo mandato, a voltar um

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

pouco de recurso para a assistência nos Estados. Tentou-se o LUMIAR, que não deu certo. Acabou o LUMIAR. Ficou a EMPAER atendendo todos os pequenos produtores que não eram do assentamento do INCRA, mais os assentamentos do INCRA...

Precisamos de mais recursos para a EMPAER. Vou apresentar emendas ao orçamento para aumentar recursos para a EMPAER. Conseguimos no Governo passado que houvesse vários tipos de aumento de recurso para a EMPAER. Falta mais, porque crescem a cada dia assentamentos e acampamentos.

Mato Grosso saiu, nesses últimos anos, de vinte milhões/ano de PRONAF para cento e setenta milhões/ano de PRONAF, e chegou nesses assentamentos. E foi a EMPAER que fez noventa por cento desses projetos. Apenas aqui na região de Cáceres montaram uma associação técnica para elaborar projetos para assentamentos, porque fora dessa região, nenhuma outra região do Estado tem a COTREG. Essa região aqui também ajudou a elaborar, mas noventa por cento de elaboração desses projetos foi da EMPAER, fazendo projetos para assentados, sendo que a responsabilidade da licença é do Governo Federal.

Portanto, Secretário Yenês Magalhães, são importantes as colocações de Vossa Excelência, mas eu não poderia deixar de testemunhar que a gestão do PADIC pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, nos dois mandatos do ex-Governador Dante de Oliveira, foi bem feita. Chegou o recurso do PADIC lá para o pequeno produtor, para o pobre, para as associações, mas que ela é mais apropriada na Secretaria de Desenvolvimento Rural, eu não tenho dúvida. Não foi esse o entendimento do Governo passado, mas não diminuí o valor do PADIC, de maneira nenhuma (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, o Secretário Yenês Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputado Chico Daltro, quando eu comecei a falar, Vossa Excelência estava lá fora, eu pedi a sua presença.

Eu disse que o PADIC foi um projeto positivo e que ele poderia ser melhor se fosse gerido na Secretaria de Desenvolvimento Rural, eu falei isso aqui. Todos ouviram. Ele é um projeto positivo, sim, mas poderia ser melhor se fosse na Secretaria de Desenvolvimento Rural, não na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral que é uma Secretaria meio. Ela jamais poderia executar projeto.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Só para fazer um convite.

No dia 23 de junho, a Assembléia Legislativa fará uma Audiência Pública sobre segurança, para discutir especificamente o GEFRON, em Pontes e Lacerda. A idéia era fazer aqui em Cáceres, mas houve uma discussão de que o ponto estratégico seria lá, em virtude da localização do GEFRON. Então, nós vamos fazer lá, dia 23 de junho, e nós queremos convidar todos, porque nós fazemos parte da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Nós já estamos articulando e queremos a presença dos Prefeitos e Vereadores e, também, a presença do GEFRON. Nós estamos tentando trazer também o pessoal do SIPAM/SIVAM, que tem um trabalho de monitoramento da Região Amazônica. O pessoal do SIPAM/SIVAM esteve conosco na Assembléia Legislativa e nós estamos tentando trazê-lo, porque está fazendo um monitoramento nessa área também de polícias de fronteira.

Quero dizer que também tenho duas emendas, que eu já deixei fotocópias aí, uma sobre a composição salarial dos servidores públicos e a outra para que na LDO esteja contida a redução gradativa do ICMS da energia, porque o Governador do Estado não mandou até agora e nós estamos colocando na LDO.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO, REALIZADA EM CÁCERES, NO**  
**DIA 06 DE JUNHO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Veja bem, a questão do ICMS, que o Governador Blairo Maggi tanto prometeu na campanha de que iria reduzir, não fez e não vai fazer, porque o Presidente Lula está fazendo uma reforma tributária e quem vai legislar sobre o ICMS é a União. O Estado, a Assembléia não pode legislar. O Governador do Estado não pode, acabou isso. Então, não vai ter redução! A emenda da Deputada Verinha Araújo vai ficar prejudicada nesse sentido.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a presença de todos os senhores, de todos os Prefeitos, do Sr. Ezequiel Fonseca; do Sr. Antônio Junqueira e do nosso anfitrião, Sr. Túlio Fontes. Quero agradecer a presença de todos os Vereadores, especialmente os de Cáceres, na pessoa do Sr. Valter Sais. Quero agradecer a presença do Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, dos Deputados, da Deputada, enfim, agradecer a presença de todos. Eu acho que esse é o papel da Assembléia Legislativa, ir onde está o cidadão, ouvir o mais humilde, o mais rico, o mais pobre, sei lá, ouvir todo mundo.

Daqui, os senhores podem ter certeza de que tiramos várias idéias, várias opiniões. Espero poder pegar tudo isso para fazer o relatório final que será apreciado até o dia 26 de junho, quando nós formos apreciar a LDO. Eu espero fazer um relatório que contemple a maioria das nossas regiões do Estado, que contemple os municípios mais carentes e que nós possamos colocar na LDO. E aí preparar para o Orçamento, como vamos fazer na LOA - Lei Orçamentária Anual. Que nós possamos já colocar as primeiras necessidades para serem atendidas no próximo ano do Governo Blairo Maggi.

Portanto, eu agradeço de coração a atenção dos senhores!

Agradeço as nossas taquígrafas, as nossas recepcionistas, a assessoria, o pessoal da imprensa, os seguranças, o pessoal da TV Assembléia, o Dr. Francisco Monteiro que nos acompanha aqui.

A todos o meu muito obrigado. Eu espero, lá na Assembléia Legislativa receber também mais algumas sugestões, para que nós possamos atender esta região, porque eu sei que é uma região que o Governo tem pouca presença. Arrecada-se muito do FETHAB, mas não se lançou nenhuma estrada para ser pavimentada nessa região, enquanto eu vejo consórcios e mais consórcios na região da soja. É preciso que nós discutamos isso e façamos um trabalho organizado que o Sr. Ezequiel Fonseca está propondo em Jauru, para que nós façamos também chegar aos ouvidos das autoridades em Cuiabá que esta região é uma região que tem feito muito pelo Estado de Mato Grosso. Nós esperamos também que aqui não precisem plantar soja para que a estrada seja pavimentada. Muito obrigado (PALMAS).

Esta encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquígrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
- Revisão:
  - Denize Maria Soares Martins de Siqueira;
  - Laura Yumi Miyakawa.